

TESE

CLASS.: 331.1

G984h

TOMBO: 599

GUSTAVO LUIS GUTIERREZ

SVE

Habermas e Administração - A Contribuição da Teoria da Ação Comu-
nicativa para o Estudo da Gestão do Trabalho



Tese apresentada como exigên-
cia parcial para a obtenção
do título de livre-docente

UNESP - Campus de Marília
Marília - 1994

1410000599



331.1
G984h
599

ÍNDICE

CAPÍTULO	Pag.
Uma Teoria da Gestão do Trabalho	1
Uma Leitura de Habermas	19
O Trabalho	41
Trabalho, Gestão do Trabalho e Teoria da Ação Comunicativa	53
Os Tecnoburocratas	66
Tecnoburocracia e Teoria da Ação Comunicativa	82
Observações Finais	86

AGRADECIMENTO

RESUMO

Muitas pessoas me ajudaram nesta caminhada. Algumas contribuíram diretamente na elaboração do texto, interferindo na forma que o trabalho apresenta atualmente.

Devo destacar as discussões com a Bel e o Ricardo, principalmente sobre Habermas. Além deles, o Cândido e o Paulinho tiveram a paciência necessária para ler a primeira versão e fazer valiosas sugestões. Da mesma forma, o Wolfgang, após uma leitura cuidadosa de outro momento do texto, me alertou para pontos importantes.

Obrigado.

RESUMO

Este texto procura desenvolver, a partir de uma leitura específica da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, uma reflexão sobre o trabalho, a gestão do trabalho e a tecnoburocracia, com o objetivo de delimitar as contribuições e limitações deste paradigma recente para o estudo destes temas.

Como pano de fundo para a discussão, coloca-se a questão da natureza do estudo da gestão do trabalho, destacando o papel da autogestão enquanto categoria necessária para qualquer sistematização do estudo deste objeto, gestão do trabalho, coerente com os pressupostos mínimos da metodologia científica, da área de humanas

(1) GIANNOTTI, José Arthur: A Universidade em Risco de Barbárie, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 50

INTRODUÇÃO

Habermas está na moda. É um erudito que, com o trabalho de uma vida, apresenta uma obra que se destaca pela originalidade e pela diversidade de influências e temas abordados.

Mesmo considerando que, como nos ensina Giannotti, "unicamente se internacionalizam certas personalidades muito dotadas de senso publicitário", (1) Habermas possui méritos inegáveis.

Eu procuro, aqui, me inserir no esforço de repensar a realidade incorporando algumas de suas propostas.

Porém, antes de tentar analisar qualquer objeto a partir da obra de Habermas, dadas as características do seu trabalho, é preciso realizar um corte onde se destaque a perspectiva através da qual vão ser instrumentalizadas as categorias utilizadas por este autor.

Este texto, portanto, objetiva apresentar as contribuições de uma leitura específica da Teoria da Ação Comunicativa para o estudo sistemático da gestão do trabalho, elaborando as pontes possíveis entre ela e a reflexão sobre trabalho, gestão do trabalho e tecnoburocracia.

Na perspectiva da minha trajetória intelectual pessoal, procuro com este texto dar conta de algumas angústias que me acompanham há bastante tempo.

Desde o período da graduação meu objeto de interesse tem sido a dimensão organizacional da autogestão do trabalho.

(1) GIANNOTTI, José Arthur; A Universidade em Ritmo de Barbárie, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 50

Nesta caminhada, algumas limitações, inicialmente apenas intuitas, foram se tornando a cada dia mais relevantes. Poderia tentar resumí-las da seguinte forma:

- 1.- É necessário determinar com clareza o espaço do estudo da autogestão, enquanto teoria de natureza normativa. Isto implica em adotar um referencial teórico crítico que permita compreender, senão a totalidade do social, pelo menos as suas relações fundamentais.
- 2.- É preciso conseguir interpretar de forma sistemática e coerente a relação entre as experiências de autogestão do trabalho e as formas avançadas de heterogestão, ou gestão tradicional. Isto significa compreender o intercâmbio entre as práticas adotadas no interior das diferentes manifestações concretas, e a sua alternância quanto ao papel de vanguarda, ou originalidade, para usar uma expressão menos significativa.

Esta centralidade da dimensão teórica, assim como a necessidade de ampliar o estudo da autogestão para a gestão do trabalho em geral, não se desenvolveu de forma linear no tempo. Ela foi se tornando gradativamente mais cristalina à medida em que eu estudava aspectos relacionados especificamente com a autogestão, como tecnoburocracia, novas tecnologias e as formas participativas de organização do trabalho.

Esta mesma trajetória explica meu interesse por Habermas. Num primeiro instante pode parecer paradoxal ir buscar neste autor, que se distancia do paradigma trabalho, contribuições para refletir criticamente a gestão do trabalho, e a própria autogestão.

Isto pode ser explicado através da evolução da minha preocupação específica com a autogestão. No início do mestrado tentei estudar este objeto a partir da perspectiva anarquista, tendo como grande exemplo a experiência da guerra civil espanhola, e sua dimensão revolucionária. Esta visão foi sendo substituída, durante o próprio

mestrado e principalmente no doutorado, pela dimensão organizacional da autogestão, enquanto uma forma de gestão particularmente eficiente e complexa, passível de se articular de uma forma isolada e exemplar com o capitalismo, podendo inclusive vir a reproduzir e reforçar algumas de suas características.

Ao mesmo tempo passei a perceber a questão revolucionária como algo que se estende a todos os espaços da sociedade, como família, escola, manifestações artísticas, etc.; sem que haja, necessariamente, uma determinação inicial, ou superior, no campo da produção.

Neste contexto, entrei em contato com a obra de Habermas num momento em que estava particularmente propenso a perceber o trabalho, a gestão do trabalho, e a autogestão como elementos eventualmente não determinantes com relação às demais esferas da vida social.

Neste texto, portanto, procuro expor de forma linear e concatenada, como convém, a articulação deste processo com os principais temas que lhe deram origem; consciente de que a passagem entre a elaboração de uma idéia e a sua demonstração dissertativa é complexa, e pode deixar traços nem sempre fáceis de situar no interior do próprio corpo do trabalho.

CAPÍTULO I

UMA TEORIA DA GESTÃO DO TRABALHO

Por que especificar? Primeiro, porque busca de sistematização com relação à sua inserção nas áreas de estudos gerais e específicos da Teoria da Organização, Sociologia do Trabalho e Administração de Empresas. E, em segundo lugar, porque pretende partir de um tratamento abrangente do assunto, em vez de tratar apenas de aspectos isolados. O objetivo é estabelecer uma base teórica e metodológica para a análise e a interpretação dos fenômenos sociais e econômicos que se relacionam com o trabalho e a organização.

Teoria, por sua vez, significa a sistematização e a generalização de conhecimentos e experiências, a partir de observações e reflexões sobre a realidade. Neste sentido, a teoria da gestão do trabalho é uma tentativa de compreender e explicar os fenômenos sociais e econômicos que se relacionam com o trabalho e a organização, a partir de uma abordagem teórica e metodológica.

Definir gestão do trabalho é estabelecer uma abordagem teórica e metodológica para a análise e a interpretação dos fenômenos sociais e econômicos que se relacionam com o trabalho e a organização. A gestão do trabalho é um processo contínuo e dinâmico, que envolve a organização, a coordenação e a execução das atividades do trabalho, a partir de uma abordagem teórica e metodológica.

Uma Teoria da Gestão do Trabalho

Colocar este título significa, essencialmente, que o texto a seguir procura desenvolver uma concepção bastante específica do objeto "gestão do trabalho".

Por que específica? Primeiro, porque busca um distanciamento com relação à sua inserção nas áreas de estudo geralmente definidas por Teoria das Organizações, Sociologia do Trabalho e Administração de Empresas. E, em segundo lugar, porque pretende partir de um tratamento abrangente do conceito gestão, no sentido da questão do poder; ou seja, procurando conceber a gestão do trabalho enquanto composta de autogestão e de heterogestão. O que significa também dizer que é impossível estudar o objeto proposto ignorando uma das suas dimensões, ou a partir de uma das perspectivas, exclusivamente.

Teoria, por sua vez, assume o significado mais comum, enquanto conjunto de idéias articuladas e coerentes, a respeito de algum aspecto da realidade; distante na medida do possível de influências emocionais ou místicas. Com a ressalva, sempre oportuna, de que ao tratarmos da área de humanas, a construção e divulgação de qualquer teoria pode, pelo menos potencialmente, interferir na própria realidade estudada, do que se depreende a necessidade permanente de um juízo ético.

Defino gestão pela necessidade de organizar a atividade produtiva de grupos de pessoas que buscam atingir um objetivo determinado, com o menor esforço possível, a melhor utilização dos recursos materiais, da forma mais rápida, tudo isto inserido numa conjuntura concreta percebida no ambiente e sobre a qual o coletivo tem poucas condições de interferir radicalmente. Isto significa dizer que eu aceito a existência de uma racionalidade na ocupação das pessoas e na utilização dos recursos que não é, de por si, alienante; da mesma forma como o desperdício não é, por si só, revolucionário.

Trata-se de perceber que a prática da racionalização da produção é dotada de uma dimensão contraditória e multifacetada, possuindo um aspecto, ou núcleo mínimo, que não deve ser encarado, a priori, como ideológico ou alienante. Este núcleo constitui um dos pontos em comum entre a auto e a heterogestão e, enquanto componente da modernidade, possibilita a mudança qualitativa da natureza da gestão a partir de uma base tecnológica parcialmente comum.

Percebê-lo não significa dizer que a inserção das práticas racionalizantes no social, como a tecnologia apropriada por exemplo, possa ser caracterizada pelo mesmo atributo. A televisão, enquanto meio de comunicação que privilegia um único sentido, ou a linha de montagem fordista, surgem no capitalismo e possuem, em sua própria concepção, a marca desta formação social. O que eu quero destacar é que a prática da racionalização da produção possui diferentes dimensões, e que a sua implementação, num sistema social antagônico é necessariamente contraditória. De qualquer forma, esta questão só se resolve a partir de uma opção metodológica.

organização do trabalho na realidade concreta, que é justamente a essência de uma teoria da gestão do trabalho.

Em resumo, a diferença tanto no que diz respeito ao objeto de interesse, quanto à forma de aproximação deste objeto. No caso da TQ vamos encontrar uma proposta que busca acumular conhecimentos para compreender o objeto "organização". Enquanto que uma TGT se propõe a construir e demonstrar uma teoria normativa que possibilite definir a melhor alternativa para a organização do trabalho, em determinada conjuntura específica, para alcançar um objetivo proposto.

(1) Consultar por exemplo GUICHARD, Gustavo Luis; A Metodologia Científica e o Estudo das Organizações, Rev. de Adm. de Empresas, RJ, Rio, 25(1):91-96, jan/mar 1986

(2) Consultar MOTA, Fernando C. Prestes; Teoria das Organizações: Evolução e Crítica, S.R., Flóres, 1986

Por que Gestão do Trabalho e não Teoria das Organizações?

A Teoria das Organizações (TO) possui algumas características, enquanto área de estudo, muito interessantes. Constitui uma área naturalmente vocacionada para a multidisciplinariedade, além de adotar um objeto de pesquisa bem delineado (1). O resultado disso é uma ótima historiografia e tipificação das organizações envolvendo trabalho (2).

Para o que eu pretendo desenvolver aqui, porém, existe uma distinção essencial entre TO e uma Teoria da Gestão do Trabalho.

Inicialmente, por organizações se define uma porção de coisas que pouco ou nada tem a ver com trabalho, como as organizações religiosas ou de auxílio mútuo, para citar dois exemplos. Além disso, a idéia de uma teoria das organizações foca a análise de forma a independizar-se da busca de um resultado adequado para a organização do trabalho na realidade concreta, que é justamente a essência de uma teoria da gestão do trabalho.

Em resumo, há diferenças tanto no que diz respeito ao objeto de interesse, quanto à forma de aproximação deste objeto. No caso da TO vamos encontrar uma proposta que busca acumular conhecimento para compreender o objeto "organização". Enquanto que uma TGT se propõem a construir e demonstrar uma teoria normativa que possibilite definir a melhor alternativa para a organização do trabalho, em determinada conjuntura específica, para alcançar um objetivo proposto.

(1) Consultar por exemplo GUTIERREZ, Gustavo Luis; A Metodologia Científica e o Estudo das Organizações, Rev. de Adm. de Empresas FGV, Rio, 26(1):91-96, jan/mar 1986

(2) Consultar MOTTA, Fernando C. Prestes; Teoria das Organizações: Evolução e Crítica, S.P., Pioneira, 1986

Esta diferença de foco, contudo, não deve ser confundida com alguma possível limitação teórica da área. O estudo em TO possui um objeto de interesse definido e participa do debate conceitual que caracteriza as ciências sociais.(3)

Além disso, constitui uma área de conhecimento em que a produção científica se dá de forma contínua e com grande sofisticação teórica, como atestam, citando apenas alguns autores brasileiros, as obras de Guerreiro Ramos, Maurício Tragtemberg e Fernando C. Preses Motta.

Junto com a clareza quanto ao objeto de interesse e a inserção na discussão metodológica, é preciso também salientar a interface com outras áreas de conhecimento. A relação, por exemplo, com a psicologia, não ocorre de forma instrumentalizante, mas no sentido de incorporar as contribuições das duas áreas naquilo que elas podem ter em comum. Não vai surgir, aqui, uma psicologia aplicada às organizações, mas um debate onde tanto vamos encontrar a dimensão patológica da convivência intra-organizacional desde uma perspectiva que incorpora contribuições da psicologia, como a descrição destes aspectos no campo específico da TO, para que possam vir a ser retrabalhados de forma útil pela psicologia.

(3) Lucia Persson percebe esta diferença entre a T. O. e a prática da administração nos seguintes termos: "Acreditamos também que a teoria e a prática organizacionais deveriam ser percebidas como uma unidade de linguagem. Mas isto não acontece, uma vez que segundo os pesquisadores organizacionais, a brecha entre teoria e prática nas organizações aparece entre as principais dúvidas dos estudos organizacionais. Nesse sentido concordamos com Shrivasta e Mitroff, que afirmam que a principal causa de não se fazer uso de teorias das organizações cientificamente desenvolvidas advém de os pressupostos em que estas teorias se baseiam serem diferentes dos pressupostos de administradores ou gestores em relação à realidade organizacional."

PERSSON, Lucia C. K.; Teoria da Ação Comunicativa e Estudos Organizacionais, Dissertação de mestrado, EAESP-FGV, São Paulo, 1992, p. 221

Por que não Sociologia do Trabalho (ST)? (TGA)

Neste caso, deve-se considerar, primeiro, a distinção entre a proposta de uma teoria normativa, nos moldes anteriormente definidos, e a construção de uma sociologia a respeito do mesmo objeto, ou de um objeto próximo.

A ST serve de fonte de informações e como referência metodológica não só para a TO e o estudo de administração de empresas, como para qualquer análise que passe, mesmo marginalmente, pela questão da sobrevivência do homem em sociedade, e da espécie como um todo.

A postura do pesquisador, contudo, é distinta a partir da sua concepção; já que ao mesmo tempo em que se amplia a análise além do universo das organizações e da própria gestão, por outro lado a forma de percepção se torna específica de um estudo das relações sociais cuja valoração relativa se dá a partir da perspectiva dos autores clássicos na teoria sociológica. Ou seja, além das diferenças entre o objeto trabalho e o objeto gestão do trabalho, existe uma distinção caracterizada pela proposta de estudar as relações sociais no campo delimitado pela teoria sociológica.

(4) Consultar THAGTENSBERG, Maurício: A Delinquência Acadêmica: O Poder sem Saber e o Saber sem Poder, S.P., Rocco, 1979

Por que não Teoria Geral de Administração? (TGA)

É bem verdade, por que não? Afinal aqui encontramos o objeto referido, a gestão do trabalho...

O problema, neste caso, não está no objeto de investigação, que de fato coincide com o proposto neste texto. A questão está no método desta área de estudo, ou melhor, na ausência de método, que tem como condição necessária a centralização das análises no estudo da heterogestão.

O estudo da administração, enquanto conhecimento produzido sistematicamente, possui uma condição epistemológica no mínimo curiosa. Seus intelectuais, pelo menos uma parcela deles, procuram mostrar-se, desde Taylor, como detentores de um saber científico. Ao mesmo tempo, engalfinham-se com outros pensadores de humanas que insistem em classificar a administração de empresas como uma ideologia (4). E finalmente, para complicar, o órgão representativo que os agrega chama-se Conselho Regional de Técnicos em Administração. Como é fácil imaginar, só esta discussão é suficiente para várias teses.

Tudo isto, porém, só interessa ao estudo de administração no meio acadêmico ou entre círculos intelectualizados já que, no limite, existe uma prática disseminada de administração, solta pelas ruas, da qual só se tem uma percepção relativa, tanto pelo segredo burocrático como pela falta de tradição em estudos de campo. Inclusive porque, para dirigir uma empresa, ao contrário de guiar um automóvel, não é exigida habilitação nenhuma.

A esta confusão no interior da TGA, devemos acrescentar um divórcio conceitual com as demais áreas de administração específicas,

(4) Consultar TRAGTENBERG, Maurício; A Delinquência Acadêmica: O Poder sem Saber e o Saber sem Poder, S.P., Rumo, 1979

como produção, marketing, finanças e relações humanas onde se busca, abertamente, a construção de um projeto hegemônico, através dos resultados obtidos no desempenho da empresa, aliado a um efeito multiplicador dado pela divulgação das soluções nos meios de comunicação, e o intercâmbio com o mundo acadêmico. Isto será melhor desenvolvido.

As carências da TGA, enquanto área de conhecimento científico, se tornam mais claras se considerarmos que:

- 1º É impossível uma percepção abrangente e articulada do objeto gestão do trabalho considerando apenas as manifestações hetero gestionárias.
- 2º Isto impede, também, a construção de categorias de análise consistentes, tanto no sentido de refletirem aspectos da realidade corretamente, quanto à sua definição no interior de um modelo explicativo.
- 3º Não se constitui historicamente num processo continuado de crítica e superação, como é característico da ciência. Na realidade apresenta uma dinâmica que lembra a definição de técnica, no sentido em que se sobrepõem rupturas seguidas de novas soluções independentes das anteriores. (5)
- 4º O estudo da administração não se relaciona com os demais campos de conhecimento de forma a constituir novas áreas científicas. Pelo contrário, do estudo sistemático de administração só surgem relações de subordinação, como sociologia aplicada à administração, psicologia... etc. Não vão surgir novos campos de estudo como, por exemplo, psicologia social ou sociobiologia.

(5) Para uma definição convencional de ciência e técnica, consultar: NAVILLE, Pierre e ROLLE, Pierre; A Evolução Técnica e suas Incidências na Vida Social, in FRIEDMAN, George e NAVILLE, Pierre, Tratado de Sociologia do Trabalho, São Paulo, Cultrix, v. 1, 1973, p. 402 e segs.

Na realidade, a impressão que eu tenho, realmente, é que ninguém está muito interessado na construção efetiva de uma TGA; pelo contrário, a simples observação do curriculum dos cursos de administração ilustra a pouca importância que o tema merece, em comparação ao tempo e esforço investidos no estudo de sub-áreas específicas, ou versões aplicativas de outras áreas de humanas e exatas.

A desatenção para com a construção desta teoria, aliada a impedimentos constitutivos de ordem interna, acabam gerando uma confusão conceitual generalizada. Vou repetir um exemplo, entre outros, que já utilizei anteriormente, para me poupar o trabalho de procurar bobagens. (6)

Dois franceses apresentam, num artigo, com a maior naturalidade, o conceito original de "concertation", uma forma de organização que estaria além dos modelos participativos e aquém da autogestão (7).

Esta "concertation" seria a contribuição original destes expoentes da cultura francesa ao estudo da administração. Para entender o que pode significar, com um mínimo de precisão, a tal "concertation", temos dois caminhos possíveis. O primeiro, empírico, esbarra no fato de ainda não ter sido elaborada uma escala graduada e consensual que possibilite medir a participação nas empresas, cuja aplicação deixaria claro de que ponto a que ponto da régua estaria situada a "concertation". O outro caminho possível, especulativo, também esbarra em aspectos nebulosos, desde uma definição cuidadosa de administração participativa, até uma argumentação que justifique porque adotar uma expressão diferente quando existem outras mais conhecidas, como cogestão por exemplo.

(6) GUTIERREZ, Gustavo Luis, Autogestão, Participação e Estrutura Organizacional, tese de doutorado, EAESP/FGV, 1989, p.40 e seg.
 (7) PHILIPPE, Michel e RAFAND, Yves; Les Structures Participatives de Developement, Paris, Entreprise Moderne, 1980

Mas, de qualquer forma, os autores não acham importante resolver seriamente estas questões. Em resumo, do ponto de vista da construção de um conhecimento verdadeiro da gestão do trabalho, a tal "concertation" pouco ou nada contribui.

O que importa perceber é que isto só ocorre em função da impossibilidade de constituir um campo teórico abrangente e articulado, fundamentado exclusivamente no estudo da heterogestão. Ou seja, nos estudos tradicionais de administração não vamos encontrar categorias bem definidas, no sentido da atribuição de um conjunto de características específicas a um determinado aspecto da realidade, de forma a poder classificá-lo e diferenciá-lo. Isto acontece pela impossibilidade da construção de categorias claras de análise a partir de um objeto de investigação mal definido, sem o apoio de uma teoria que forneça um modelo explicativo da sociedade.

Convém destacar que todo o esforço até aqui desenvolvido procura demonstrar as deficiências da TGA enquanto construção científica, sem entrar no mérito da questão referente a quem a ciência deve servir.

O problema fundamental que eu vejo no estudo tradicional de administração consiste, justamente, no seu distanciamento da teoria crítica. Esta questão que depende, no limite, de definições básicas como a natureza do homem e o papel do conflito nas relações sociais, não é uma referência indispensável para ilustrar as dificuldades da TGA em constituir-se num corpo teórico minimamente coerente, mesmo aceitando que se possa fazer ciência em humanas desvinculado dos compromissos do, assim chamado, marxismo ocidental.

Um Objeto: Auto/Hetero-gestão

Do ponto de vista conceitual, é facilmente compreensível que se adote o objeto gestão do trabalho como abrangente, incluindo qualquer tipo de prática administrativa, independente da sua inserção num contexto autoritário ou cooperativo.

A segmentação histórica dos estudos entre autogestão e heterogestão demonstra que a questão não é, aparentemente, tão simples assim. A explicação mais plausível parece ser que, da perspectiva da heterogestão, o estudo tem sido determinado, sistematicamente, pela lógica do capitalismo, regime no qual se insere e com o qual mantém uma coerência que beira a subordinação.

A autogestão, por sua vez, acabou constituindo uma espécie de contraponto crítico a este panorama e, indo beber nas ciências sociais, marxista ou libertária, se caracterizou por pesquisas de conotação mais política.

Eu mesmo, que sempre discuti a dimensão organizacional possível da autogestão, nunca considerei seriamente a possibilidade da gestão do trabalho vir a se constituir num objeto único.

Na prática concreta, porém, este trânsito está mais presente que nas reflexões teóricas.

Este movimento ou, indo mais longe, unidade do objeto gestão do trabalho, foi classificado, a partir da perspectiva dos autores engajados numa proposta crítica, como uma forma sistemática de reconversão do potencial revolucionário e original da autogestão; o qual, em função da sua posição na equação dialética, incorporaria o que de mais novo surge do conflito de classes no regime capitalista. O exemplo típico, durante muito tempo, foram as comissões de fábrica.



Por outro lado, os gestores envolvidos com a prática concreta da heterogestão, dado o pragmatismo inerente à função, parecem pouco preocupados (ou talvez até conscientes) da possível identificação política originária das soluções organizacionais, desde que possam ser convenientemente controladas e, óbvio, permitam obter aumentos sensíveis de produtividade. Daí o fato dos grupos semi-autônomos, e desse vasto conjunto de práticas administrativas rotuladas de japonesas, terem ultrapassado, ainda que de forma limitada e contraditória, a imaginação organizacional das experiências autogestionárias.

Isto significa também que, hoje, as propostas autogestionárias dispõem, dentro do instrumental da gestão tradicional, de uma fonte de inspiração muito maior que há poucos anos atrás.

Toda esta exposição tem por objetivo reforçar a minha colocação inicial; que a gestão do trabalho constitui um objeto único de pesquisa, enquanto expressão de um aspecto específico da realidade social. Na verdade, mais complexo do que tentar demonstrar a validade desta afirmação, é a adoção de um referencial teórico que dê conta desta pré-condição a partir de uma perspectiva crítica.

A Dimensão Normativa da Gestão do Trabalho

A administração tradicional, seja percebida como um conjunto de técnicas, ou como uma ideologia, possui uma relação orgânica com as idéias que imperam e caracterizam um determinado momento histórico.

Esta inserção conjuntural dos produtos intelectuais da administração tradicional deve ser vista a partir de duas dimensões diferentes; a legitimação pseudo-científica e a instrumentalização de uma concepção de mundo específica.

Taylor ilustra magistralmente este processo, embora ele continue se repetindo até a atualidade, como podemos perceber se observarmos, por exemplo, as áreas de marketing, ou de logística, das empresas.

A utilização de uma "vestimenta" científica, como é sabido, procura transferir a uma prática política a insensação e a objetividade da pesquisa experimental, de forma a torná-la menos susceptível à crítica.

A instrumentalização de uma concepção de mundo, por sua vez, possibilita subordinar a percepção da organização, e a determinação das ações administrativas, a um modelo simples de interpretação do social, como o homem-econômico, por exemplo. Isto serve tanto para buscar uma relativa coerência entre os membros da organização, como para tentar articular as ações administrativas com as macrocaracterísticas do ambiente.

Este processo vai se repetir, a partir de Taylor, alternando o modelo de referência. Do positivismo e funcionalismo ao estruturalismo weberiano, passando por uma leitura bastante particular do marxismo, as principais propostas de administração, ou simplesmente seus autores, tem ido buscar alguma construção teórica que,



reduzida e instrumentalizada, permita ordenar a realidade e a ação de seus agentes.

A descrição destas relações só é possível através de um trabalho empírico, além de se manter atento ao fato de que não ocorre uma simples sucessão de modelos de referência, mas a sua convivência simultânea, interações e renovações constantes.

Taylor, e muitos depois dele, vão perceber a necessidade de uma concepção de mundo como suporte à elaboração de um modelo de gestão. Muito mais do que discutir se esta concepção está de acordo com o mundo real, é importante a sua simples existência, já que a relação com a prática administrativa é, basicamente, reducionista.

Sua utilidade, contudo, transcende em muito a dimensão do discurso. Constitui uma unidade lógica que sedimenta o grupo pela previsibilidade dos comportamentos, além de dotar o gestor de uma sensação de controle, parcial ou até mesmo ilusório, das variáveis internas e externas.

A produção intelectual em administração vai ser um dos canais, se não o mais importante, através do qual se dá a penetração destes modelos nas organizações, embora o processo dependa muito mais, no limite, das condições sócio-políticas em que a organização está inserida.

A definição do estudo de administração, enquanto conhecimento de natureza técnica, leva à inevitável conclusão de que, qualquer concepção de mundo neste contexto, se trata de uma instrumentalização ideológica. Isto pode ser reforçado pelas deficiências da TGA em constituir-se enquanto teoria científica, e pelo fato do seu distanciamento de uma visão crítica da sociedade.

Porém, mesmo que fossem resolvidas todas estas questões, este aspecto de instrumentalização organizacional de uma concepção de

mundo, que expressa uma característica comum às organizações produtivas na realidade material, só pode se transferir de uma definição ideológica, para uma teoria de natureza normativa, em função inclusive da especificidade do objeto gestão do trabalho.

Ou seja, é fato que existe uma manipulação ideológica de valores e definições, extraídas de concepções filosóficas, no interior das escolas de administração e na cultura das organizações. Porém, mesmo que fosse possível superar esta dimensão manipulativa, a partir de uma perspectiva crítica e da prática autogestionária, continua existindo a necessidade de um modelo comum de interpretação da sociedade, que crie identidade nas ações do grupo. Ni sto consiste, justamente, a característica normativa do estudo do objeto gestão do trabalho.

Finalmente, é preciso ter presente que a composição entre as diversas orientações para as ações administrativas inerentes a cada cultura organizacional específica, assim como o debate entre as diferentes propostas conceituais, não ocorre descolado de interesses materiais e de um remanejamento potencial de riqueza e poder. Neste sentido, a compreensão da administração tradicional vai depender, também, do estudo da tecnoburocracia e da sua prática social.

Uma teoria da gestão do trabalho, enquanto teoria normativa, precisa dar conta da unidade do objeto auto/hetero-gestão sem perder de vista a especificidade da tecnoburocracia, partindo de um referencial teórico de interpretação da sociedade original.



Em Resumo

Estou tentando discutir aqui as condições necessárias para a passagem de uma proposta tradicional de estudo sistemático de administração, que ao meu ver não se constitui enquanto campo científico, para uma proposta de estudo da gestão do trabalho que tente adequar os requisitos mínimos para constituir-se enquanto tal.

Esta passagem deve atender às condições convencionais para qualquer proposta científica em humanas, além de questões específicas referentes ao objeto trabalho. Além disso, por uma opção pessoal minha, deve partir de uma percepção crítica do social.

Temos então:

Teoria Geral de Administração

- Não se constitui enquanto teoria porque não percebe o objeto auto/hetero-gestão de forma abrangente, daí:
 - . Não pode construir categorias de análise claras
 - . não se constitui historicamente
 - . não possibilita a evolução através da interface com outras áreas de conhecimento
- Possui natureza normativa (inerente às características do objeto, instrumentaliza internamente uma visão de mundo)

Teoria da Gestão do Trabalho

- Deve fundamentar-se numa teoria de interpretação do social que atenda às seguintes exigências:
 - . Articule e explique a unidade do objeto
 - . Atenda às demais exigências do método científico em humanas
- Deve possuir natureza normativa (ídem)
- Deve partir de uma percepção crítica da sociedade



Por outro lado

Toda a discussão desenvolvida até aqui, porém, só tem sentido a partir do pressuposto inicial de que a realidade é passível de ser conhecida por meio de modelos, e que o comportamento dos agentes sociais (e dos pesquisadores) segue um padrão mínimo de racionalidade.

Mas isto pode ser questionado. Aliás, este é um debate que eu acredito cada vez mais atual. A busca de uma nova racionalidade, engajada com as intenções do marxismo ocidental, que se contrapõe ao ressurgimento do velho irracionalismo.

Afinal, não parece tão evidente, neste final de século particularmente curioso, que os homens se organizem necessariamente em função das condições materiais de produção, ou pela busca racional da dominação.

"Que sucederia se o criador mesmo tivesse preferido a luta à posse tranquila? Verdadeiramente, um Deus que escolhesse o erro perpétuo, acompanhado do desejo de verdade... Não seria, pelo contrário, nosso universo a obra de um ser subalterno que não conhece o seu ofício e, em consequência, uma tentativa, um ensaio, uma obra sobre a qual se continua trabalhando?... (nos) veria(mos) obrigado(s) a confessar que nosso universo não é o cenário da razão, senão do erro, e que a conformidade às leis da natureza não contém nada de consolador, porque todas as leis foram ditadas por um Deus que se engana com muita frequência." (8)

Tomando por base um referencial desta natureza, é visivelmente difícil tentar ajustar "esta planta amarga chamada homem" (9) a

(8) NIETZSCHE, Federico; Considerações Intempestivas, Buenos Aires, Aguillar, 1959, p. 54 e 55

(9) Ídem, p. 100

qualquer modelo de interpretação da sociedade.

CAPÍTULO II

Não faz sentido tentar trabalhar com modelos sabendo que "O homem não é, infelizmente, bastante mau; os adversários de Rousseau que dizem: 'o homem é uma besta de presas', não têm razão, infelizmente. A maldição do homem não é a corrupção, senão o amolecimento e o moralismo." (10)

(10) NIETZSCHE, Federico; La Voluntad de Dominio: Ensayo de una Transmutación de Todos los Valores, Buenos Aires, Aguillar, 1932, p. 82 e 83

CAPÍTULO II

UMA LEITURA DE HABERMAS

Gestão e Método: A Contribuição de Habermas

Tudo o que foi exposto tenta demonstrar, basicamente, que a aproximação do objeto gestão do trabalho depende de uma opção metodológica prévia, sem a qual não é possível articular seus diversos aspectos, de forma coerente e explicativa.

Esta opção metodológica deve ser crítica, perceber a unidade do objeto auto/hetero-gestão e dar conta das principais discussões a respeito da sociedade atual.

Isto significa o diálogo com a crise, ou esgotamento, do paradigma trabalho, e as novas condições sob as quais ele vem se manifestando. Significa, além disso, possibilitar o desenvolvimento de uma análise do fenômeno tecnoburocrático, e articulá-lo com a realidade contemporânea.

Por que Habermas? Este autor me parece particularmente feliz ao tentar incorporar as contradições sociais, às vezes desconcertantes, da atualidade e, mais do que isso, porque percebo no interior de sua obra, principalmente quando discute questões sociológicas, a construção de um método de interpretação particularmente útil para o estudo da gestão do trabalho.

Porém, não é possível discutir este tema, a partir do paradigma habermasiano, sem cartografar algumas definições adotadas em sua obra, demonstrando assim que leitura eu pretendo adotar.

Dialética, evolucionismo e transcendentalidade

Habermas apresenta, no decorrer de sua vida, um modelo de interpretação da sociedade que se transforma conforme o período da sua produção intelectual, mas que preserva uma linha de continuidade ilustrada por categorias recorrentes, como o conceito de agir instrumental, ou a importância relativa da formação discursiva da vontade.

Adota uma terminologia de origem sistêmica, porém dissociada de sua utilização mais comum, na teoria dos jogos, por exemplo, ao mesmo tempo que critica, em função das limitações inerentes, uma perspectiva funcionalista ou simplesmente evolucionista. Isto permite situar sua percepção do social como algo próximo a um conjunto de sistemas, ou esferas de ação, que interagem recíproca e continuamente. Este sistema social, como um todo, está permanentemente sujeito a mudanças, inclusive violentas, quando enfrenta situações de crise.

A percepção da sociedade enquanto esferas de ação que interagem torna tentador classificar o autor como alguém identificado com uma leitura estruturalista influenciada por Weber. Porém, a utilização de categorias como classe social, ou a percepção dos conflitos originários de uma distribuição assimétricas de oportunidades de vida, indicam que a rotulação metodológica dos textos não é tão simples assim.

Esta tarefa se torna mais complexa se considerarmos que Habermas possui, pelo menos, dois momentos distintos em sua produção, antes e depois de elaborar a teoria da ação comunicativa (TAC). Em função disso, procurei ilustrar as características da obra do autor através da discussão de conceitos importantes, contrapondo o mesmo conceito conforme aparece nos textos mais antigos, e naqueles posteriores ao desenvolvimento desta teoria.

Este procedimento tem a vantagem de distinguir, com bastante clareza, os dois momentos diferentes da obra. Em compensação, ao ilustrar conceitos isolados, parcialmente desarticulados de seu contexto original, dificulta uma visão orgânica do todo.

A análise aqui apresentada vai se desenvolver em dois níveis diferentes, cuja descrição varia conforme o momento da obra de Habermas a que faz referência. Vou procurar descrever a percepção mais ampla da dinâmica do processo social que o autor desenvolve, e a qual, no limite, determina as macro-características de cada aspecto específico que compõe o modelo explicativo; ao mesmo tempo, vou acompanhar a evolução de conceitos importantes, como crise, participação e autogestão, no interior deste modelo mais amplo de referência.

O primeiro ponto que deve ser notado é o fato da obra de Habermas permitir uma distinção clara a partir do momento em que ele desenvolve a TAC; todos os conceitos utilizados se alteram nessa passagem, porém a qualidade e intensidade dessa alteração ocorre de forma diferenciada.

Inicialmente, vou tentar situar o pensamento de Habermas com relação à lógica utilizada para articular os elementos constitutivos do modelo de explicação da realidade; ou seja, em outras palavras, perceber a natureza dialética, ou não, da evolução da sociedade.

Num texto anterior à TAC, falando das características sociais do período pré-capitalista, ele escreve o seguinte: "O pré-capitalismo é conservador, não só na mentalidade comercial, descrita com tanta vivacidade por Sombart, numa prática de negócios impregnada pela concepção do 'lucro honrado', mas também politicamente. Enquanto ele vive dos frutos do modo de produção anterior (da produção agrícola feudal ligada a um campesinato não-livre e de produção em pequena escala de mercadorias feitas pela manufatura urbana) sem reestruturá-lo, os seus traços continuam ambivale[n]te

tes: este capitalismo estabiliza, por um lado, as relações de dominação estamental e, por outro lado, libera aqueles elementos em que elas acabarão por se dissolver. Aqui pensamos nos elementos do novo sistema de trocas: a troca de mercadorias e informações engendrada pelo grande comércio." (1, original de 1962)

Este parágrafo, extraído de uma análise mais ampla, aponta os elementos fundamentais para uma ruptura dialética no tempo. A exposição deixa entrever um conflito de classes original e ilustra o momento em que ainda não se exauriram completamente as condições de produção do modo anterior; todavia, a sua sobrevivência só é possível no sentido em que encaminha as condições prévias necessárias para a estabilização do modo de produção seguinte. Neste trecho, a influência do referencial marxista é mais evidente que em outros, e seguramente muito mais do que viria a ser no futuro.

Se considerarmos que Habermas, até hoje, se identifica com a teoria crítica (2), é forte a tentação de classificá-lo enquanto um autor dialético.

Esta visão, contudo, deve ser confrontada com a utilidade e importância que ele atribui à análise sociológica fundamentada numa perspectiva evolucionista dirigida pelo critério de aumento de complexidade; que o autor percebe inclusive na tradição marxista.

A validade relativa do critério evolucionista permanece presente nos textos posteriores ao desenvolvimento da TAC, agora sem a preocupação em conciliá-lo com a categoria trabalho social, mas com as categorias que passa a usar a partir desse momento da obra. "Entendo a evolução social como um processo de diferenciação de segunda ordem: ao aumentar a complexidade de um e a racionalidade de outro, sistema e mundo da vida não só se diferenciam interna -

(1) HABERMAS, Juergen; Mudança Estrutural e Esfera Pública, Rio, Tempo Brasileiro, 1984, p. 28

(2) _____; Teoria de la Acción Comunicativa, Espanha, Taurus, 1987, v. 2, p. 529

mente como sistema e mundo da vida, senão que se diferenciam simultaneamente um do outro." (3,orig.81)

Porém, como Habermas concilia, desde o início, o referencial evolucionista com Marx, isto pouco esclarece quanto à lógica do seu modelo. Neste sentido, escreve o seguinte: "Quando falamos em evolução, entendemos na realidade processos acumulativos nos quais se torna reconhecível uma direção. O neo-evolucionismo considera que o aumento de complexidade é um critério diretor aceitável. Quanto mais numerosas forem as condições de fato que um sistema tem de acolher, tanto maior será a complexidade do ambiente que o sistema deve eventualmente reelaborar e contra o qual deve afirmar a sua existência. Também Marx atribui um grande significado à categoria de 'divisão social do trabalho', com a qual se refere a processos de diferenciação sistêmica e de integração, a um nível sempre superior, de sistemas parciais dotados de especificidade funcional; ou seja, a processos que ampliam a complexidade própria de uma sociedade e, por conseguinte, sua capacidade de direção e controle." (4,orig.76)

A idéia do aumento de complexidade no tempo, que nesta citação coincide com a categoria marxista de divisão social do trabalho, vai continuar presente nos textos mais recentes, só que agora com ênfase nas exigências de validade da ação comunicativa voltada ao entendimento, frente à diferenciação crescente de formas de vida e interesses, na sociedade contemporânea. (5,orig.85)

Outro aspecto que pode ser usado na defesa da dimensão dialética de Habermas é o fato de encontrarmos presente em sua obra, permanentemente, uma "chave", ou um "processo vital", que pode funcio-

(3) Ídem, p. 216, as categorias da TAC serão melhor discutidas à frente

(4) HABERMAS, Juergen; Para a Reconstrução do Materialismo Histórico, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 122

(5) Um Perfil Filosófico-Político: Entrevista com Juergen Habermas, Rev. Novos Estudos, CEBRAP, São Paulo, nº18, set/87, p. 93

nar como elemento central, característico do método dialético de análise; o fato deste processo vital se alterar com o desenvolvimento da obra, passando das condições materiais de produção para as formas de comunicação, não invalida necessariamente a possível dimensão dialética do autor.

Sobre o papel deste processo vital no interior do método dialético, Giannotti escreve o seguinte: "Pelo trabalho podemos chegar a compreender o sentido de uma ação social, o alcance de suas consequências e sua transitoriedade intrínseca, sem precisar recorrer à finalidade divina. Daí o constante emprego da categoria trabalho por autores tão diversos como Feuerbach, Max Stirner, Marx, Sartre, etc., pois todos, embora interpretem ao seu modo o mesmo ponto de partida, se pretendem opor-se à lógica hegeliana sem abandonar a dialética precisarão de um conceito, ou melhor, de um processo vital que vincule o sujeito ao universal." (6)

Teoria crítica, conflitos por interesses materiais, alternância de modos de produção, processo vital... Falta, contudo, para definir a dimensão dialética de Habermas, a presença de totalizações do processo social em sínteses sucessivas e transformadoras.

Se encararmos a obra, pelo contrário, como não dialética, vamos encontrar uma discussão, inclusive anterior ao desenvolvimento da TAC, que considera que este autor adota, via Weber, uma espécie de instrumentalização do referencial kantiano.

Neste caso, cada homem constituiria um sujeito ético-transcendental, que atuaria conforme princípios universais, independente de uma conjuntura psicológica ou das raízes histórico culturais. Se considerarmos o trabalho de Habermas nesta perspectiva, o que anteriormente era percebido como uma alteração no "processo vital" de uma análise de natureza dialética, passa a ser visto como uma

(6) GIANNOTTI, José Arthur; *Origens da Dialética do Trabalho*, São Paulo, Difel, 1966. p. 21

alteração neste referencial transcendental do homem em sociedade.

Jean-René Ladmiral, na introdução da tradução francesa de Conhecimento e Interesse, escreve que "tanto em Marx como em Kant, encontramos um 'quadro fixo' para o conhecimento: há um certo paralelismo entre o substrato natural do homo faber e a consciência transcendental. Não sem algum ecletismo e aproveitando-se da 'diferença entre Kant e Marx', J. Habermas reintroduz a história na sua antropologia do conhecimento fazendo uma leitura instrumentalista de Kant que (ele, Habermas) entende ter adquirido do materialismo histórico, numa perspectiva acumulativa: é 'cada geração' que deverá produzir a unidade epistemológica do sujeito e do objeto, sobre a base do desenvolvimento efetivamente atingido pelas forças produtivas." (7)

Neste texto, Ladmiral comenta que Habermas, ao trabalhar num campo próprio entre Kant e Marx, abre o flanco para críticas tanto da direita, representada pelo positivismo, como da esquerda, ou do marxismo ortodoxo. (8)

Sem pretender entrar a fundo neste debate, esse trânsito entre a dialética e o transcendentalismo parece mais claro a partir da TAC, onde o mundo da vida, construído através da ação comunicativa, aparece como substrato necessário às formas sistêmicas de organização, dirigidas pelo meio poder e dinheiro. "...a circunstância de que meios de controle como o dinheiro e o poder necessitem de uma ancoragem institucional no mundo da vida parece falar a favor, ao menos em princípio, de uma supremazia dos âmbitos de ação integrados socialmente frente aos contextos sistemicamente reificados." (9, orig. 81)

(7) LADMIRAL, Jean-René; *Le Programme Épistémologique de Juergen Habermas*, in HABERMAS, Juergen; *Connaissance et Intérêt*, França, Gallimard, 1976, p. 20

(8) *idem*, p. 16

(9) HABERMAS, *Teoria de la Acción Comunicativa*, op. cit., p. 442

Em resumo, e a título de conclusão, parece-me que a questão é mais controversa na produção intelectual inicial de Habermas; a partir do desenvolvimento da TAC, o autor opera um distanciamento do referencial dialético, privilegiando a transcendência da categoria mundo da vida na constituição do social.

A preocupação com as características da racionalidade presente no sistema social surge como um elemento recorrente no modelo habermasiano, uma espécie de fio condutor que se transforma qualitativamente desde o confronto inicial entre o agir instrumental, o agir-racional-com-respeito-a-fim, e o agir substantivo (10, orig. 69); até a distinção, nos textos mais recentes, entre o agir comunicativo e o agir estratégico (11, orig. 98). As categorias de análise, aqui, quase se preservam; porém o modelo como um todo, no qual as categorias se inserem, sofre uma alteração importante.

O agir instrumental faz referência a uma lógica original de racionalidade científica moderna aplicada às relações sociais; onde se demonstrem parâmetros de condições materiais de produção como, repetindo Giannotti, processo vital que vincula o sujeito ao universal. Ao falar de agir estratégico, por sua vez, Habermas desloca o conceito central de seu modelo, do modo de produção para as formas de comunicação, de um referencial dialético para outro, com consequências importantes para a redefinição de categorias como trabalho, autogestão e alienação.

De resto, esta transposição resolve um aspecto delicado, e bastante criticado, da teoria crítica enquanto explicação sociológica.

(10) HABERMAS, Jürgen: Ciência e Técnica enquanto Ideologia, São Paulo, Abril Cultural, 1975

(11) _____: O Pensamento Pós-Metafísico: Estudos Filosóficos, Rio, Tempo Brasileiro, 1990, p. 70

Racionalidade e crise

Qualquer modelo de interpretação social precisa incorporar alguns elementos historicamente presentes, como as convulsões sociais, a racionalidade do sistema e a natureza das diversas crises que surgem regularmente.

A preocupação com as características da racionalidade presente no sistema social surge como um elemento recorrente no modelo habermasiano, uma espécie de fio condutor que se transforma qualitativamente desde o confronto inicial entre o agir instrumental, ou agir-racional-com-respeito-a-fins, e o agir substantivo (10, orig. 68); até a distinção, nos textos mais recentes, entre o agir comunicativo e o agir estratégico (11, orig. 88). As categorias de análise, aqui, quase se preservam; porém o modelo como um todo, no qual as categorias se inserem, sofre uma alteração importante.

O agir instrumental faz referência a uma lógica original da racionalidade científica moderna aplicada às relações sociais, onde podemos perceber as condições materiais de produção como, repetindo Giannotti, processo vital que vincula o sujeito ao universal. Ao falar em agir estratégico, por sua vez, Habermas desloca o conceito central de seu modelo, do modo de produção para as formas de comunicação, de um referencial dialético para outro, com consequências importantes para a redefinição de categorias como trabalho, autogestão e mercado.

De resto, esta transposição resolve um aspecto delicado, e bastante criticado, da teoria crítica enquanto explicação sociológica.

(10) HABERMAS, Jürgen; *Ciência e Técnica enquanto Ideologia*, São Paulo, Abril Cultural, 1975

(11) _____; *O Pensamento Pós-Metafísico: Estudos Filosóficos*, Rio, Tempo Brasileiro, 1990, p. 70

Na forma em que se colocou, originalmente, o confronto entre razão instrumental e razão substantiva, esta última não encontra lugar no mundo concreto, já que é difícil imaginar uma pessoa que pudesse definir as ações cotidianas, permanentemente, prescindindo de toda forma de raciocínio instrumental.

A proposta mais recente resolve esse problema a partir do momento em que situa a linguagem como uma construção coletiva dependente, para a sua utilização, de um conhecimento prévio e abrangente do social; já que, como escreve Habermas, "...o conhecimento de uma linguagem entrelaça-se com o conhecimento daquilo que acontece realmente no mundo explorado pela linguagem. O conhecimento que temos do mundo e o conhecimento que temos da linguagem dependem de uma cadeia de razões; mas parece que a cadeia de razões na qual se apóia o conhecimento do mundo é mais longa do que a cadeia na qual se apóia o conhecimento da linguagem. O fato de ambos não poderem ser isolados com nitidez um do outro vem confirmar a idéia básica que tomamos como ponto de partida: Compreender uma expressão significa saber de que modo nos podemos servir dela, a fim de chegarmos a um entendimento com alguém sobre algo."

(12, orig. 88) Ou seja, vai sair de um conceito como agir substantivo, que não encontra lugar aplicativo no mundo concreto; para o conceito de agir comunicativo que, apesar da forte dose de utopia, é facilmente localizável nas relações sociais.

Esta passagem, das relações materiais de produção como processo vital, para as formas de comunicação enquanto elemento central ao modelo, deve ser relativizada pelo cuidado com que o próprio autor coloca a questão. Discutindo essa mudança de paradigmas, Habermas afirma que "A transição de um paradigma ligado à produção para um paradigma ligado à comunicação, que advogo, significa naturalmente que a teoria crítica da sociedade não precisa mais se fiar nos conteúdos normativos do modelo expressivista da aliena -

(12) *idem*, p. 82

ção e reapropriação de forças essenciais. (...) A mudança de paradigmas, de uma atividade voltada a um fim a uma ação comunicativa, não significa, porém, que eu abandono a reprodução material do mundo da vida como referência privilegiada de análise." (13, orig. 85)

Na realidade, a ruptura é mais profunda do que pode parecer numa leitura superficial. Habermas, ao adotar a categoria mundo da vida, opta por dotá-la de uma racionalidade superior e imanente, sem a qual a razão instrumental vigente no interior dos sistemas dirigidos pelos meios poder e dinheiro não poderia existir. Ele próprio vai considerar esta constatação como um avanço significativo em relação a tudo o que foi produzido, na teoria crítica, até agora.

"O conceito de ação instrumental sugere que a racionalidade dos sujeitos agentes e cognoscentes se amplia sistematicamente, constituindo uma 'racionalidade-com-respeito-a-fins' de ordem superior. Deste modo, a racionalidade dos sistemas autoregulados, que se impõe com seus imperativos por cima da consciência dos membros que os integram, aparece na forma de uma racionalidade-com-respeito-a-fins totalizada. Esta confusão de racionalidade sistêmica e racionalidade da ação impede a Horkheimer e Adorno, como já impedira a Weber, distinguir suficientemente entre a racionalização das orientações de ação no marco de um mundo da vida diferenciado estruturalmente, de um lado, e a ampliação da capacidade de controle dos subsistemas sociais diferenciados. (...) Horkheimer e Adorno ignoram a racionalidade comunicativa do mundo da vida, cujo desenvolvimento, que é consequência da racionalização das imagens do mundo, teve que produzir-se anteriormente, para que se pudessem constituir os âmbitos de ação formalmente organizados. (14, orig. 81)

(13) HABERMAS, Juergen; Um Perfil Filosófico-Político, op. cit., p. 94

(14) _____; Teoria de la Acción Comunicativa, op. cit., v. II, p. 471



Habermas nega à razão instrumental qualquer possibilidade de totalização ou independência já que, no seu entender, as ações constituídas a partir desta racionalidade, denominadas ações estratégicas, só se viabilizam a partir do substrato insdispensável do mundo da vida. Contudo, este potencial de racionalização do mundo da vida, inerente à ação comunicativa, traz no seu interior uma contradição. A sua evolução implica num aumento de complexidade sistêmica, cuja hipertrofia pode terminar por instrumentalizar o próprio mundo da vida. (15)

Vou passar a discutir, agora, o conceito de crise social. A crise, neste modelo, só é compreensível a partir da idéia de formação social, e constitui um elemento essencial para a elaboração do conceito de autogestão. A crise ocorre quando "a estrutura de um sistema social admite menos possibilidades de resolver problemas do que as requeridas para a sua conservação." (16, orig. 73) Ou seja, a crise não é fruto da inexistência de soluções, mas da sua inaplicabilidade nos limites de determinada estrutura social, em função da sua racionalidade e das características dos conflitos internos.

A definição materialista dos motivos que levam à crise fica mais clara quando Habermas coloca que "numa sociedade caracterizada pela distribuição assimétrica das oportunidades de vida, a exigência de que os sistemas legítimos sejam generalizáveis opera como um desestabilizador do sistema." (17, orig. 73) A crise, portanto, tem uma dimensão materialista e indica as dificuldades que uma formação social enfrenta para encontrar soluções que não impliquem em uma ruptura radical, dentro dos limites de suas características determinantes.

(15) Ídem, v. II, p. 219; consultar também p. 258

(16) HABERMAS, Juergen; Problemas de Legitimación en el Capitalismo Tardío, Buenos Aires, Amorrortu, 1975, p. 16, consultar também p. 23

(17) Ídem, p. 11

Se a "lógica" da crise social não parece se alterar muito com o transcorrer da obra de Habermas; o ambiente social e, portanto, as condições que levam a uma situação de crise, sofrem uma transformação importante com o surgimento da TAC.

Os conflitos sociais contemporâneos passam a ter uma dimensão cal cada na burocratização das relações sociais, e o decorrente asfi-xiamento das suas formas espontâneas. "As causas da unilateralização dos estilos de vida e das necessidades de legitimação insatisfeitas não são, então, a impossibilidade de conciliar esferas cul turais de valor, nem a colisão de ordens sociais racionalizadas à sua luz, mas a monetarização e a burocratização da prática da vi-da cotidiana, o mesmo no âmbito privado que no âmbito público. (...) A burocratização se apodera dos processos espontâneos de for mação da opinião e da vontade coletiva e os esvazia de conteúdo; amplia, por um lado, o espaço para a mobilização planejada da lealdade geral da população e, por outro, facilita a desconexão das decisões políticas com respeito às contribuições de legitimação procedentes dos contextos concretos do mundo da vida." (18, orig.81)

Esta é, ao meu ver, uma contribuição interessante de Habermas à psicologia social. Ela permite encontrar uma explicação para, por exemplo, o sucesso da violência, muitas vezes gratuita e levada a cabo individualmente ou em pequenos grupos, tanto nos meios de co munição de massas como na vida real. Também cabe, aqui, este ce nário contraditório onde os homens nunca estiveram tão parecidos (globalizados?) na sua forma de vestir-se a agir, ao mesmo tempo em que assistimos a um culto desenfreado da individualidade.

Parece que esta dinâmica entre mundo da vida e sistemas formalmen te organizados é percebida difusamente pelos agentes sociais, que

(18) HABERMAS, Juergen; Teoria de la Acción Comunicativa, op. cit. v. II, p. 461

tanto podem reagir politicamente, como em explosões desarticuladas de violência, na tentativa de reconstruir uma identidade que foi despotencializada no âmbito sistêmico, e superar o descolamento entre a sua constituição no mundo da vida e as exigências normativas ditadas a partir dos interesses das esferas orientadas pelos meios poder e moeda.

Habermas não parece alterar, significativamente, com o passar do tempo, o seu conceito de crise (sistêmica e relativa às soluções aceitáveis nos moldes de uma determinada formação social). Altera, isto sim, o seu conceito de sociedade e, portanto, a proposta de diagnóstico da crise, no interior de uma categoria de análise similar.

Do ponto de vista metodológico, Habermas define seu modelo de interpretação social assumindo uma opção estruturalista (19), que permita superar o paradigma da produção sem abrir mão das intenções do marxismo ocidental (20). Talvez por isso ele continue se definindo como materialista (21) e trate com naturalidade a possibilidade de construção de prognósticos sociais. (22)

(19) HABERMAS, Juergen; Um Perfil Filosófico-Político, op. cit. p. 79, consultar também

(20) _____; O Pensamento Pós-Metafísico, op. cit., p. 99 e 100

(21) _____; Um Perfil Filosófico-Político, op. cit., p. 80

(22) Idem, p. 94 e 95

(22) Idem, p. 88

Participação, Autogestão, Mercado e Mundo da Vida

Já nas obras anteriores ao desenvolvimento da TAC, Habermas apresenta uma definição radical da idéia de participação, coerente com o papel que posteriormente seria reservado à comunicação. Diz ele: "Participação significa que todos podem contribuir, com igualdade de oportunidades, nos processos de formação discursiva da vontade" (23,orig. 73). Mais recentemente, Habermas define que "O consenso sobre algo mede-se pelo reconhecimento inter-subjetivo de validade de um proferimento fundamental aberto à crítica" (24,orig. 88). Sendo fundamental, para a formulação do consenso, a ausência de uma violência constrangedora; "Da perspectiva interna de um mundo sociocultural da vida, não pode haver um pseudo consenso no sentido de convicções persuadidas à força; num processo de entendimento, em princípio transparente, e que também resulta transparente aos participantes, não se pode arraigar violência alguma." (25,orig. 81)

Toda esta reflexão a respeito das características e natureza da participação apresenta uma coerência de formulação interna que impossibilita, sequer, imaginar as mudanças de paradigma de interpretação social que ocorreram entre os diferentes momentos em que foram formuladas. Porém, a linearidade da utilização deste conceito, na obra de Habermas, não pode ser estendida às definições de autogestão e mercado. Nestes casos, é preciso elaborar uma avaliação mais cuidadosa das transformações ocorridas durante a transposição do paradigma com ênfase na produção, para o paradigma com ênfase na comunicação. Ambos os conceitos, autogestão e mercado, continuam ocupando, contudo, um papel central na obra.

(23) HABERMAS, Juergen; Problemas de Legitimación en el Capitalismo Tardío, op. cit., p. 159

(24) _____; O Pensamento Pós-Metafísico, op. cit., p. 77

(25) _____; Teoría de la Acción Comunicativa, op. cit., V. II, p. 213

A autogestão surge , inicialmente, "como única opção de que se dispõe para liberar recursos e energias de rendimento ainda não utilizadas." (26,orig. 73) Sua possibilidade de expansão é limitada, contudo, do ponto de vista externo, pela definição de crise exposta anteriormente, já que existe o risco permanente de que os processos participativos não possam ser convenientemente controlados (27,orig. 73). E é limitada internamente em função da contraposição entre a complexidade evitável e inevitável. "O efeito de racionalização de uma socialização dos processos de autogestão (autogobierno, na tradução ao espanhol) política resulta difícil de determinar; de fato, uma democratização teria que diminuir, por um lado, a complexidade evitável (e que é inevitável por razões específicas do sistema) produzida pela endodinâmica não controlada do processo econômico, mas ao mesmo tempo colocaria em ação a complexidade inevitável (específica do sistema) dos processos discursivos e generalizados de formação da vontade." (28,orig. 73)

Dois aspectos desta definição vão mudar no decorrer da obra: O potencial de racionalização dos processos participativos, e a definição sistema econômico, ilustrado pelo papel do mercado.

Quanto ao primeiro aspecto, a questão da racionalização, a leitura de textos mais recentes, como já foi colocado, permite concluir que as vantagens da busca comunicativa do consenso superam a complexidade inevitável dos processos consultivos necessários.

"A liberação do potencial racional contido na ação comunicativa é um processo histórico mundial, iniciado com a 'verbalização do sagrado'; na modernidade ele conduz a uma racionalização dos mundos

(26) HABERMAS, Juerger; Problemas de Legitimación en el Capitalismo Tardío, op. cit., p. 162

(27) Ídem

(28) Ídem, p. 164

da vida, à diferenciação de suas estruturas simbólicas, expressas principalmente na crescente reflexividade das tradições culturais, em processos de individuação, na generalização de valores, na imposição de normas mais abstratas e mais gerais, etc." (29, orig. 85)

Mesmo com a ressalva que a primeira citação faz referência direta às organizações produtivas, e a segunda tem um caráter mais geral, pode-se perceber que, entre as duas, há um aumento na percepção da dimensão racionalizante da busca discursiva da vontade.

Isto, aliás, pode ser encontrado também nos estudos atuais sobre organizações. Existe um consenso quanto às vantagens possíveis, inclusive em termos de produtividade, dos processos participativos de gestão, mesmo considerando as dificuldades inerentes à sua implantação.

Da mesma forma que o poder de racionalização dos processos participativos se altera, na obra de Habermas, a partir da mudança do paradigma adotado; o papel e a natureza do mercado também vai sofrer transformações.

Inicialmente, "...o mercado adquire uma dupla função: Por um lado opera como mecanismo de autogoverno no sistema de trabalho social dirigido pelo meio 'moeda'; por outro lado institucionaliza uma relação de coação entre os proprietários dos meios de produção e os operários assalariados." (30, orig. 73) Esta definição parece relativizar os efeitos perversos do mercado, inclusive no que diz respeito à individualidade do trabalhador. Por outro lado, a referência ao "autogoverno" do mercado deixa uma sensação duvidosa,

(29) HABERMAS, Juergen; Um Perfil Filosófico-Político, op. cit., p. 99

(30) _____; Problemas de Legitimación en el Capitalismo Tardío, op. cit., p. 43

pelo menos eu sinto assim, no que diz respeito à relação entre o conceito de mercado e a idéia de liberdade. Esta questão é, posteriormente, resolvida; já que o mercado passa a ser classificado como algo auto-regulado, o que seria típico e específico da esfera sistêmica, e portanto claramente diferenciado do conceito de autogestão.

Numa definição mais recente, Habermas coloca o seguinte: "O dinheiro e o poder - mais concretamente, os mercados e as administrações - assumem as funções integrativas antes formalmente realizadas por valores e normas consensuais, ou até por processos voltados ao entendimento. Minha tese (...) é que estes domínios de ação, especializados na transmissão de cultura, integração social ou socialização de jovens, dependem do meio da ação comunicativa, e não podem ser integrados através de dinheiro ou poder. Uma comercialização ou burocratização deve, portanto, gerar nestes domínios - e esta é a tese - distúrbios, efeitos colaterais patológicos." (31, orig. 85) Ou seja, a dupla função do mercado parece relegada a um segundo plano, frente à sua função integrativa; a qual provoca necessariamente distúrbios e efeitos patológicos. (32)

O conceito de mercado, de qualquer forma, não é suficiente para compreender o modelo de interpretação da sociedade desenvolvido por Habermas. O conceito fundamental é o de mundo da vida, enquanto meio que possibilita a formação e reprodução da sociedade através do agir comunicativo. Os conflitos e as interações estratégicas não definem, portanto, a essência constitutiva do social, embora surjam no interior do mundo da vida já constituído enquanto tal, "precisamente como alternativas para ações comunicativas fracassadas". (33)

(31) HABERMAS, Juergen; Um Perfil Filosófico-Político, op. cit., p. 93

(32) Consultar, por exemplo, _____; Teoría de la Acción comunicativa, op. cit., v. II, p. 213

(33) _____; O Pensamento Pós-Metafísico, op. cit., p. 97

Neste sentido, o mundo da vida é possível através da ação comunicativa, e expressa o substrato necessário e prévio às ações estratégicas, as quais só podem existir a partir de elementos desenvolvidos pela interação comunicativa dos agentes.

"Podemos imaginar os componentes do mundo da vida, a saber os modelos culturais, as ordens legítimas e as estruturas de personalidade, como se fossem condensações e sedimentações dos processos de entendimento, de coordenação da ação e de socialização, os quais passam através do agir comunicativo." (34)

O mundo da vida é o lugar transcendental onde falante e ouvinte se encontram (35), e onde se dão os processos de reprodução cultural, de integração social e socialização (36). Constitui, portanto, a categoria fundamental da teoria da sociedade (37), além de sugerir "a independência da cultura com respeito a coerções externas(...). O mundo da vida constitui, na situação de ação, um horizonte que não pode ser ultrapassado; é uma totalidade sem reverso. Para os membros de um mundo sociocultural de vida carece, a rigor, de sentido perguntar-se se a cultura, à cuja luz terão de relacionar-se com a natureza externa, com a sociedade e com sua própria natureza interna, depende empiricamente de outra coisa." (38)

O mundo da vida só pode ser compreendido a partir da definição da ação comunicativa, onde se destacam dois aspectos: "... o teleológico de realização de fins (ou de execução de um plano de ação) e o aspecto comunicativo de interpretação da situação e de obtenção de um acordo. Na ação comunicativa, os participantes

(34) HABERMAS, Juergen; O Pensamento Pós-Metafísico, op. cit., p. 96

(35) _____; Teoria de la Acción Comunicativa, op. cit., v. II, p. 176

(36) Ídem, p. 196

(37) Ídem, p. 204

(38) Ídem, p. 212

perseguem de comum acordo seus respectivos planos de ação sobre a base de uma definição comum da situação." (39) "Sob o aspecto funcional do entendimento, a ação comunicativa serve à tradição e à renovação cultural; sob o aspecto da coordenação da ação, serve à integração social e à criação de solidariedade; e sob o aspecto da socialização, finalmente, serve para a formação de identidades pessoais". (40)

O agir estratégico, por sua vez, é resultado de uma mudança na coordenação da ação, onde aparecem meios de controle no lugar da busca comunicativa do consenso, "...significa uma desconexão da interação com respeito aos contextos do mundo da vida. Meios como o dinheiro e o poder partem de vinculações cuja motivação é empírica; codificam um acordo 'racional-com-respeito-a-fins' com massas de valor susceptíveis de cálculo, e possibilitam o exercício de uma influência estratégica generalizada sobre as decisões dos outros participantes na interação, num movimento de engano e rodeio dos processos de formação linguística do consenso. Como não somente simplificam a comunicação linguística, senão que a substituem por uma generalização simbólica de prejuízos e ressarcimentos, o contexto do mundo da vida, no qual sempre estão inseridos os processos de entendimento, fica desvalorizado e submetido às interações regidas pelos meios: o mundo da vida já não é necessário para a coordenação das ações." (41) Aqui, convém destacar a degradação do agir comunicativo, assim como a capacidade de autorregulação dos sistemas dirigidos pelos meios poder e dinheiro.

Com estas definições é possível compreender a natureza das relações entre mundo da vida e sistemas, para Habermas. O mundo da vi

(39) HABERMAS, Juergen; Teoria de la Acción Comunicativa, op. cit., v. II, p. 180 e 181

(40) Ídem, p. 196

(41) Ídem, p. 258 e 259

da, constituído a partir da ação comunicativa, compõe o substrato necessário aos sistemas dirigidos pelos meios, e fundamentados na ação estratégica. No processo evolutivo, a sociedade se diferencia tanto enquanto sistemas, como no espaço do mundo da vida. Mas é importante notar que, ao mesmo tempo que a evolução sistêmica se mede pelo aumento da capacidade de controle social; o estágio evolutivo do mundo da vida, cuja estrutura é simbólica, percebe-se a partir da separação entre cultura, sociedade e personalidade. (42)

Apesar da importância básica do mundo da vida no funcionamento dos sistemas formalizados, pode se perceber uma mútua influência entre ambos; do mundo da vida sobre o âmbito da ação formalmente organizada e, no sentido inverso, a influência dos sistemas sobre as ações estruturadas comunicativamente. (43)

Na sociedade burguesa, o conjunto de ações integradas sistemicamente é representado pelo Estado e pela Economia, enquanto que a esfera da vida privada e da opinião pública constituem o âmbito das ações integradas socialmente. (44)

Convém observar, porém, que apesar do esforço explicativo de Habermas, um autor como Claus Offe, que não parece olhar a teoria da ação comunicativa desde uma perspectiva conservadora ou ortodoxa, comenta que esta categoria de mundo da vida é menos estruturada conceitualmente e menos clara quanto a atores e princípios de racionalidade, do que categorias como mundo do trabalho ou política. Embora isto, na sua opinião, se deva mais à novidade e originalidade do modelo, do que à sua inadequabilidade à realidade atual. (45)

(42) HABERMAS, Juergen; Teoria de la Acción Comunicativa, op. cit. v. II, p. 215

(43) Idem, p. 261

(44) Idem, p. 452

(45) OFFE, Claus; Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para a "Sociedade do Trabalho", op. cit., p. 35 e p. 36

É nítida, na teoria da ação comunicativa, uma ruptura quanto à natureza estrutural do conflito na sociedade humana. Para Habermas, é possível elaborar um modelo de interpretação de sociedade em - quanto constituída a partir do agir estratégico; mas, na sua opinião, "as interações estratégicas somente podem surgir no interior do horizonte do mundo da vida já constituído noutra parte." (46)

A definição de autogestão, após o desenvolvimento da TAC, muda tanto na sua própria concepção, como no que diz respeito ao seu potencial de transformação social. "Pessoalmente, não acredito mais que um sistema economicamente diferenciado possa ser transformado a partir do seu interior, conforme as simples receitas de autogestão pelos trabalhadores. O problema parece ser muito mais o de como os potenciais de auto-organização podem ser suficientemente desenvolvidos em esferas públicas autônomas, de modo que os processos orientados para a formação da vontade de um mundo da vida orientado por valores de uso possam manter sob o seu controle os imperativos sistêmicos do sistema econômico e do aparelho de Estado, tornando ambos os subsistemas controlados pelos meios dependentes de imperativos do mundo da vida." (47)

Desta forma, a autogestão das organizações se insere num contexto mais amplo, integrada ao desenvolvimento dos potenciais de auto-organização em outros setores da vida social, numa busca conjunta, com sentido político, de transformação dos mecanismos de poder formalmente constituídos.

(46) HABERMAS, Juergen; O Pensamento Pós-Metafísico, op. cit., p. 97

(47) _____; Um Perfil Filosófico-Político, op. cit., p. 100

CAPÍTULO

III

O TRABALHO

Embora constitua conceitos próximos, gestão e trabalho não ilustram uma relação historicamente fácil.

Da perspectiva da administração tradicional, o conceito de trabalho não exerce nenhuma atração especial. Pelo contrário, pode-se perfeitamente discutir administração sem uma definição cuidadosa de trabalho.

Isto não me parece uma consequência do desinteresse em construir um campo teórico solidamente articulado, do que uma influência das referências teóricas com as quais, supostamente, a administração tradicional manteria um diálogo. Inclusive porque não se pode dizer que o funcionalismo, ou o estruturalismo de inspiração weberiana, não atribua uma importância fundamental ao conceito trabalho no interior do modelo explicativo.

No sentido oposto, a partir da teoria crítica, ou das diferentes leituras do marxismo, a questão apresenta outra configuração. Embora evidente a importância do conceito trabalho no interior do modelo, o ponto fraco vai ser justamente a ausência relativa de uma proposta de configuração organizacional alternativa e eficiente.

Isto não quer dizer, contudo, que Burres e Morgan tenham razão ao afirmar que simplesmente inexistente um modelo organizacional oriundo da percepção crítica da sociedade. (1) Pelo contrário, é possível perceber uma tradição organizacional neste campo, assim como uma preocupação crescente com o tema.

(1) BURRES, Gibson e MORGAN, Carole; *Sociological Paradigms and Organisational Analysis*, EUA, Heineman, 1980, p. 370. Isto serve, também, para ilustrar a dificuldade em trabalhar com a auto e a heterogestão ao mesmo tempo.

Gestão e Trabalho

Embora constituam conceitos próximos, gestão e trabalho não ilustram uma relação historicamente fácil.

Da perspectiva da administração tradicional, o conceito de trabalho não exerce nenhuma atração especial. Pelo contrário, pode-se perfeitamente discutir administração sem uma definição cuidadosa de trabalho.

Isto mais me parece uma consequência do desinteresse em construir um campo teórico solidamente articulado, do que uma influência dos referenciais teóricos com os quais, supostamente, a administração tradicional manteria um diálogo. Inclusive porque não se pode dizer que o funcionalismo, ou o estruturalismo de inspiração weberiana, não atribuam uma importância fundamental ao conceito trabalho no interior do modelo explicativo.

No sentido oposto, a partir da teoria crítica, ou das diferentes leituras do marxismo, a questão apresenta outra configuração. Embora evidente a importância do conceito trabalho no interior do modelo, o ponto fraco vai ser justamente a ausência relativa de uma proposta de configuração organizacional alternativa e eficiente.

Isto não quer dizer, contudo, que Burrell e Morgan tenham razão ao afirmar que simplesmente inexistente um modelo organizacional oriundo da percepção crítica da sociedade. (1) Pelo contrário, é possível perceber uma tradição organizacional neste campo, assim como uma preocupação crescente com o tema.

(1) BURRELL, Gibson e MORGAN, Gareth; *Sociological Paradigms and Organisational Analysis*, EUA, Heineman, 1980, p. 370. Isto serve, também, para ilustrar a dificuldade em trabalhar com a auto e a heterogestão ao mesmo tempo.

O modelo organizacional que caracterizou a luta das esquerdas, no mundo todo, foi o modelo conselhistas. Como qualquer modelo organizacional, apresenta deficiências e potencialidades. Sua avaliação, porém, depende de estudos históricos que fogem ao objetivo deste texto. Convém destacar, contudo, as experiências ocorridas durante a guerra civil espanhola, os soviets, e os modelos de autogestão institucionalizada da Iugoslávia e da Bulgária.

Mas, de qualquer forma, vamos encontrar um desligamento importante entre os conceitos de gestão e trabalho, em ambos os lados da equação. Onde se dá ênfase à questão da gestão, o trabalho aparece em segundo plano; e onde se dá ênfase ao papel do trabalho, a gestão parece secundária, ou uma simples solução decorrente das lutas sociais.

Numa perspectiva teórica, eu acho que a reflexão sobre o trabalho antecede qualquer discussão sobre a gestão do trabalho; inclusive porque, independente de se adotar o trabalho enquanto categoria sociológica determinante ou não, a gestão do trabalho, no sentido moderno, tal qual se apresenta a partir da revolução industrial, vai se definir em função do trabalho social enquanto experiência historicamente constituída.

(2) IANNI, Octavio: A Sociedade Global. Rio, Civilização Brasileira, 1992. p. 22

(3) Idem, p. 165

(4) Idem, p. 166

A Crise do Paradigma Trabalho

Por onde se pode começar a tentar definir o conceito trabalho?

Octavio Ianni, através de uma citação, comenta o seguinte: "A história, depois de quarenta anos de moderação, caiu do trem. Vaga pelas ruas e ninguém sabe para onde foi." (2) É uma ilustração feliz do estado de espírito de parte dos pesquisadores em humanas. O autor deixa claro que ocorreram transformações fundamentais na sociedade, cuja compreensão exige uma superação do instrumental de análise desenvolvido até agora. Ou, como ele mesmo coloca, "Nesta altura da história, em fins do século XX, as Ciências Sociais defrontam-se com problemas novos, surpreendentes, sobre os quais ainda não trabalharam, ou trabalharam pouco. Ocorre que o objeto das Ciências Sociais ampliou-se além da capacidade interpretativa dos conceitos já conhecidos." (3)

Com a ressalva, sempre oportuna nos momentos de grandes transformações, de que "Não se trata de imaginar que o patrimônio teórico disponível precisa ser abandonado. Nada disso. É claro que ele representa conquistas inegáveis em termos de explicação e compreensão(..). Mas trata-se de reconhecer que as conquistas teóricas já alcançadas pelas Ciências Sociais podem ser desenvolvidas, renovadas." (4)

E como fica o conceito de trabalho num momento como este? Primeiro, é preciso estar atento ao fato de que não se trata de um conceito qualquer; mas de um conceito fundamental para o desenvolvimento de qualquer modelo de interpretação da sociedade.

(2) IANNI, Octavio; A Sociedade Global, Rio, Civilização Brasileira, 1992, p. 22

(3) Idem, p.165

(4) Idem, p. 166

Claus Offe, a respeito, escreve o seguinte: "O Modelo de uma sociedade burguesa voltada para a atividade econômica, dedicada ao trabalho, impulsionada por uma racionalidade e abalada pelos conflitos trabalhistas, é o centro das pesquisas de Marx, Weber e Durkheim - configurando uma clara identidade, apesar das divergências na abordagem metodológica e nos resultados teóricos." (5)

Um conceito fundamental nos modelos usados pelas ciências sociais. Que problema se apresenta se, por acaso, ele deixa de ser cristalino...

Claus Offe, no texto citado, apresenta diversas razões que apontam para o esgotamento do trabalho enquanto categoria de análise sociológica fundamental, sem aventurar-se, contudo, na construção de um modelo alternativo aos tradicionais (conservadores, na sua linguagem). (6)

Se considerarmos, além de tudo isto, que na produção teórica "os fatos destacados são fatos construídos, de sorte que o objeto apreendido não é indiferente à forma de apreensão" (7), é fácil perceber até que ponto pode ser confusa a definição do objeto trabalho no momento em que se evidencia uma crise de paradigmas.

Portanto, o mais sensato parece ser procurar elaborar uma percepção mais acurada do trabalho na realidade social contemporânea, ao mesmo tempo em que se repensa o instrumental de análise disponível, frente às transformações que este mesmo trabalho vem sofrendo.

(5) OFFE, Claus; Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da 'Sociedade do Trabalho', Rio, Tempo Brasileiro, 1989, v 1, p.15

(6) Ídem, p. 16 e segs.

(7) NAVILLE, Pierre; O Método na Sociologia do Trabalho, in FRIEDMAN, Georges e NAVILLE, Pierre; Tratado de Sociologia do Trabalho, op. cit. v. 1, p. 56

O texto citado de Offe, por exemplo, indica como características do trabalho moderno a heterogeneidade, a diferenciação, a relativização de sua importância subjetiva na formação da consciência individual e coletiva das pessoas, além da idéia, recorrente na atualidade, de que estamos caminhando para uma sociedade cindida, fundamentada na exclusão e não mais na repressão e dominação; ou como coloca Marramao, "do tema da exploração, que hoje tende sempre mais a resolver-se no da marginalização". (8)

Esta última característica, aliás, é facilmente perceptível na constituição contemporânea do espaço urbano, onde as pessoas "não marginalizadas" gastam a sua existência em espaços vigiados e excludentes, como empresas, condomínios de residências, clubes e shoppings.

Convém ressaltar que, neste texto, a referência constante ao conceito de modelo, enquanto recurso metodológico necessário para a apreensão do real, fundamenta-se na sua definição como um conjunto de hipóteses, coerentes entre si, que possibilitem derivar logicamente suposições a respeito do objeto estudado. Não se trata, portanto, da idéia de modelo enquanto uma estrutura analítica fixa, que determina o tipo de relações possíveis entre diferentes variáveis.

Este cuidado é necessário já que, coerente com a perspectiva crítica na qual pretendo trabalhar, deve-se perceber a articulação entre teoria e prática, e a constante revisão daquela em função da percepção das consequências da sua inserção na realidade concreta.

(8) MARRAMAIO, Giacomo; Paradoxos do Universalismo: Indivíduo e Comunidade na Idade Global, texto apresentado no Seminário Internacional Liberalismo e Socialismo: Velhos e Novos Paradigmas, Unesp, Marília, 1993, p. 17

Qualificação e Desenvolvimento Tecnológico

Vanilda Paiva, num texto intitulado "Produção e Qualificação para o Trabalho", propõem uma divisão entre os autores que avaliam o futuro da qualificação dos trabalhadores com relativo otimismo, em contrapartida àqueles abertamente pessimista (9). Neste segundo grupo talvez o mais conhecido seja Braverman e sua tese de desqualificação do trabalho no capitalismo; que a autora, aliás, considera eliminada. (10) Na mesma linha, existiria uma interpretação fundamentada na polarização das qualificações, coexistindo um pequeno grupo de trabalhadores altamente qualificados, com uma maioria pouquíssimo qualificada.

No outro sentido, surgem teses que procuram perceber uma requalificação tendencial dos trabalhadores, ou ainda um aumento na qualificação absoluta dos trabalhadores, porém menor do que os avanços do conhecimento e do desenvolvimento tecnológico, o que implicaria numa desqualificação relativa.

Parece fácil perceber que não é possível construir um panorama conclusivo do processo em questão. Mas é possível avançar a discussão a partir de alguns aspectos importantes, que se destacam na realidade contemporânea do trabalho.

Um destes aspectos, por exemplo, diz respeito à identidade do trabalhador produtivo e seu papel histórico enquanto agente de mudança social. Retomando uma discussão que o texto de Offe também aborda, a autora destaca que as fortes mudanças no processo produtivo atual devem ter reflexos importantes quanto à relativização

(9) PAIVA, Vanilda; *Produção e Qualificação para o Trabalho: Uma Revisão da Bibliografia Internacional*, Rio, UFRJ, Inst. de Ec. Ind., 1989, p.5

(10) *Idem*, p. 55

do papel da classe trabalhadora e, conseqüentemente, quanto às suas formas de pressão econômica e política.

Vamos encontrar novamente a idéia da sociedade cindida, fundamentada em processos de exclusão, onde o risco do desemprego e a dificuldade de reincorporação ao trabalho formal são sempre crescentes. Em contrapartida, para aqueles que conseguem permanecer neste mercado, pode-se perceber uma tendência à integração e qualificação maior das tarefas. (11)

"Se por um lado o trabalho é mais qualificado, a estrutura social estaria sofrendo um forte abalo. Embora não se possa falar em supressão do trabalho assalariado, a verdade é que a posição do trabalhador se enfraqueceu. Há grande oferta de qualificação no mercado¹ enfraquecimento estrutural da posição do trabalhador." (12) Isto tudo leva à conclusão de que "...na verdade estamos diante de um cruzamento polarizante de efeitos qualificadores e desqualificadores." (13)

Grande parte das dificuldades, senão todas, para esboçar um panorama mais conclusivo da evolução da organização do trabalho, são resultado das mudanças tecnológicas em curso. Isto, obviamente, não significa atrelar a estrutura social às descobertas técnicas, mas destacar a importância do desenvolvimento tecnológico e suas inovações.

Porém, o próprio sentido da difusão tecnológica e sua natureza parecem difíceis de definir. A tecnologia aplicada no interior da empresa, subordinada à necessidade de produzir em conformidade com as regras do mercado, termina por incorporar no processo des-

(11) *Idem*, p. 30 e 31

(12) *Idem*, p. 41

(13) *Idem*, p. 42

de os mais modernos recursos da fronteira científica, até sugestões individuais, ou resquícios tradicionais eventualmente eficientes. Tudo isto articulado no interior de uma malha organizacional que tanto sofre influências do estágio contemporâneo das lutas sociais, como de modismos intelectuais difundidos pela academia e pelos meios de comunicação de massas.

Como escreve Benjamin Coriat, "...o determinante-chave das relações de competitividade entre as empresas não está no nível de sofisticação dos equipamentos utilizados, mas na capacidade de inovação e de criatividade desenvolvida nas linhas produtivas, e na capacidade de desenvolver soluções adequadas a cada situação particular, tirando partido de uma ou várias das novas propriedades oferecidas pela série de equipamentos informatizados ou eletrônicos." (14)

Neste contexto, o sentido evolutivo da tecnologia só pode ser percebido como algo heterogêneo e descontínuo. Este panorama só surge se não levarmos em conta as influências que sofre, ou seja, a sua inserção num contexto social conflictual onde se chocam, constantemente, sujeitos com interesses materiais e simbólicos antagônicos, no interior de uma matriz produtiva que sinaliza as limitações inerentes ao estágio de desenvolvimento científico e tecnológico correspondente. (15) Com a ressalva de que é importante, como coloca Nilton Vargas, nem dotar a tecnologia de autonomia com relação às forças sociais, e nem tampouco subordiná-la simplesmente à hegemonia absoluta de uma classe ou segmento social. (16)

(14) CORIAT, Benjamin; Automação Programável: Novas Formas e Conceitos de Organização da Produção, in SCHMITZ, Hubert (org.); Automação, Competitividade e Trabalho, São Paulo, Hucitec, 1988, p. 55

(15) GUTIERREZ, Gustavo Luís; Autogestão, Participação e Estrutura Organizacional, op. cit., p. 52 e segs.

(16) VARGAS, Nilton; A Tecnologia é de Deus ou do Diabo? Rev. Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento, Brasília, nº2, CNPQ-Unesco, 1983

Outro ponto a destacar é a avaliação do impacto das novas tecnologias sobre o nível de emprego. Fundamentado numa argumentação consistente, a começar pela necessidade de desagregar mercados antes de qualquer análise, Hubert Schmitz coloca que é difícil saber quanto do desemprego estrutural atual das grandes economias se deve ao desenvolvimento tecnológico, e quanto é fruto de políticas monetárias e fiscais, e dos movimentos de recessão econômica. (17) Inclusive porque as crises funcionam como inibidoras à implantação, em larga escala, de inovações tecnológicas, em função das dificuldades para obter financiamento, e pela incerteza do retorno do investimento. (18) "Certamente há indícios de que, apesar das características revolucionárias das novas tecnologias, o efeito líquido de substituição (de postos de trabalho) talvez seja mais gradual e menor do que pensava anteriormente uma escola cada vez maior de catastrofistas sociais." (19)

Outro aspecto, cuja impotência relativa deve ainda ser pesada, é que as empresas, ou grande parte delas, podem estar esperando a obsolescência desta atual geração de equipamentos de automação micro-eletrônica para então fazer investimentos na área, acreditando que em breve deve-se atingir um patamar de desenvolvimento tecnológico onde os equipamentos terão custo menor de aquisição, e vida útil mais longa. (20)

Deste panorama de opiniões, às vezes divergentes, alguns aspectos são centrais. As novas tecnologias, num sentido amplo, trazem efeitos importantes sobre a economia, a política e as organizações. No caso dos trabalhadores, deve-se destacar as transforma-

(17) SCHMITZ, Hubert; Automação Microeletrônica e Trabalho: A Experiência Internacional, in SCHMITZ, Hubert(org); Automação, Competitividade e Trabalho, op. cit., p. 139

(18) TAUILE, J. R.; Automação Microeletrônica e Competitividade, in SCHMITZ, Hubert; Automação, Competitividade e Trabalho, op. cit., p. 74

(19) SCHMITZ, Hubert; Automação Microeletrônica e Trabalho: A Experiência Internacional, op. cit., p. 142

(20) TAUILE, J. R.; Automação Microeletrônica e Competitividade, op. cit., p. 74

ções no encaminhamento das suas lutas e reivindicações, a questão da desqualificação do trabalho e do desemprego estrutural.

(21)

(21) É interessante notar que, entre as consequências deste processo, alguns autores sustentam que está ocorrendo uma separação do crescimento da produção material com relação ao nível de emprego. Consultar, por exemplo, ALTVATER, Elmar; Sociedade e Trabalho: Conceito em Questão, Sujeitos Históricos, Mito e Realidade, Sem. Int. "Liberalismo e Socialismo: Velhos e Novos Paradigmas, Unesp, Marília, abril de 1993, p. 9

Porém...

A definição de trabalho e uma concepção metodológica são aspectos interligados. É ilusão achar que podemos elaborar uma interpretação segura de trabalho sem as respectivas opções no campo metodológico.

Neste contexto, os levantamentos de dados empíricos, inclusive por carecerem de uma desagregação com relação aos ambientes, pouco contribuem para compreender a articulação do objeto trabalho com as demais características da realidade social, ou até mesmo para a compreensão desta realidade nos moldes de uma teoria macro sociológica.

O conhecimento produzido numa perspectiva crítica não pode ser avaliado pela sua fidelidade a um método específico. A única cobrança permanentemente válida é a sua adequação aos interesses da maioria das pessoas, ou para ser mais específico, aos interesses da classe trabalhadora ou subalterna.

Vivemos um momento muito particular neste final de século, onde todas as certezas sofrem um processo de revisão e dúvidas. Claus Offe chama a atenção para a tendência significativa da literatura sociológica atual "apoiar-se (quando não debanda) na historiografia, na literatura, na política e na filosofia" (22). Este deslocamento do objeto, e de sua percepção, só pode ser compreendido no interior de um movimento mais amplo, daquilo que Habermas define como a crise de confiança da civilização ocidental (23).

Os próprios fundamentos da percepção ocidental de vida em sociedade, enquanto referência necessária, passam a sofrer um questiona-

(22) OFFE, Claus; Trabalho e Sociedade, op. cit., v.1, p. 36

(23) HABERMAS, Jurgen; A Nova Intransparência: A Crise do Esgotamento do Estado de Bem Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas, Novos Estudos, Cebrap, S. Paulo, nº18, set.1987, p. 105

mento que não só invalida seus pressupostos de liberdade, igualdade e justiça, como inverte a valoração do papel de seus agentes, de libertadores a tiranos monoculturais. (24)

"...temos assistido nestes anos a um grande retorno à ética. E, todavia, esse retorno aparece viciado na base por um velho preconceito filosófico: A doutrina do comportamento racional. (...) Trata-se agora de ver se uma tal doutrina pode constituir uma plataforma adequada para enfrentar os desafios do nosso tempo, ou se, ao contrário, esta nobilíssima idéia não leva em si a matriz do paradoxo etnocêntrico do universalismo ocidental: Aquele paradoxo, precisamente, que o fez ser um veículo tanto mais poderoso quanto mais sutil de colonização de outras culturas." (25)

Curioso final de século este... onde a crítica à instrumentalização política da racionalidade técnica pode ser transformada na crítica à instrumentalização política da racionalidade...

(24) MARRAMAO, Giacomo; Paradoxos do Universalismo: Indivíduo e Comunidade na Idade Global, op. cit. p. 2

(25) Ídem, p. 12

CAPÍTULO IV *da Racionalidade*

TARBALEO, GESTÃO DO TRABALHO E TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

Na realidade atual, em função da crise do paradigma e das mudanças qualitativas no campo da tecnologia e da organização do trabalho, já adotadas ou em andamento, a definição conceitual de trabalho, e até mesmo o levantamento de dados sobre o trabalho, são tarefas que exigem uma abordagem diferente.

Habermas resolve esta questão a partir de uma crítica radical ao paradigma produtivo, destacando suas limitações. Na sua opinião, uma teoria que se limite ao paradigma da produção não pode ser considerada adequada para a análise da prática social. (1)

Habermas considera que o paradigma restritivo e normativo da prática social, que se limita ao paradigma da produção, não pode ser considerado adequado para a análise da prática social. Ele argumenta que a prática social é um processo complexo e dinâmico, que envolve a interação entre o indivíduo e o meio social. Portanto, uma teoria que se limite ao paradigma da produção não pode ser considerada adequada para a análise da prática social.

(1) HABERMAS, Jürgen: O Discurso Filosófico da Modernidade, Rio de Janeiro, D. Quixote, 1990, p. 88

Trabalho, Práxis e Racionalidade

A percepção do social é uma percepção construída. A definição de trabalho, portanto, depende da forma pela qual é percebido e destacado. Mas, de qualquer forma, a reprodução das condições materiais da vida humana constitui, independente do referencial, uma definição importante.

Na realidade atual, em função da crise de paradigmas e das mudanças qualitativas no campo da tecnologia e da organização do trabalho, já adotadas ou em desenvolvimento, a definição conceitual de trabalho, e até mesmo o levantamento de dados empíricos, mostram um panorama complexo que permite poucas conclusões.

Habermas resolve esta questão a partir de uma crítica radical do paradigma produtivo, destacando as suas limitações. Na sua opinião, uma teoria que se obstina no paradigma da produção não tem nada a dizer sobre como a idéia de razão pode ser alcançada no plano prático. (1)

Habermas considera que "o paradigma da produção restringe o conceito de práxis tanto que se põe a questão de saber como se comporta o tipo de atividade paradigmática do trabalho, ou da fabricação de produtos, em relação ao conjunto de todas as restantes formas de manifestação cultural de sujeitos com capacidade de se exprimirem verbalmente e de agirem... O paradigma da produção determina o conceito de práxis num sentido de tal modo naturalista que se levanta a questão de saber se poderão obter-se conteúdos normativos a partir do processo osmótico entre a sociedade e a natureza... O paradigma da produção confere um significado tão nitidamente empírico ao conceito de práxis, que se levanta a questão de saber se este paradigma não perderá a sua plausibilidade com

(1) HABERMAS, Juergen; O Discurso Filosófico da Modernidade, Lisboa, D. Quixote, 1990, p. 88

o fim, historicamente previsível, da sociedade do trabalho." (2)

A utilização do conceito de práxis no interior de um paradigma definido em função da produção material indica, por si só, uma tensão interna ao modelo, no sentido de que a práxis só pode realimentar a teoria dentro de um espaço limitado, já que o questionamento do paradigma constitutivo fundamental ameaça derrubar todo o edifício conceitual. A possibilidade de articular práxis com racionalidade é um dos avanços, na opinião de Habermas, da TAC. Embora ele reconheça "que na teoria do valor do trabalho, de Marx, os conteúdos normativos dos conceitos de práxis e de razão, de atividade produtiva e de racionalidade, se encontram incorporados de um modo que não nos permite entrevê-los com facilidade", (3) no que parece ser uma referência à fase madura da produção deste autor, em contraposição à discussão que se seguiu sobre o sentido prático da reificação e da racionalização.

Esta ênfase em destacar as limitações do paradigma produtivo com relação à idéia de práxis e à constituição de uma razão a ser alcançada no plano prático deve ser entendida, justamente, como uma forma de destacar o que a TAC traz de mais original.

Quando Habermas cobra do paradigma da produção uma razão a ser alcançada no plano prático, ele está, na realidade, buscando uma razão que, ao mesmo tempo, se situe criticamente com relação ao agir-racional-com-respeito-a-fins, e encontre um lugar no mundo concreto das relações sociais. A idéia de razão substantiva atende ao primeiro requisito, porém não ao segundo.

Isto só vai ser possível a partir do conceito de razão comunicativa, enquanto busca discursiva do consenso, característica do mundo da vida. "Com efeito, a teoria da ação comunicativa estabelece uma relação interna entre práxis e racionalidade. Ela investiga os pressupostos da racionalidade da práxis comunicativa cotidiana

(2) Ídem, p.84

(3) Ídem, p.81

na e eleva o conteúdo normativo do agir orientado para a compreensão mútua à conceptualidade da racionalidade comunicativa." (4)

É justamente nesta passagem do paradigma da produção para um paradigma fundamentado na comunicação que Habermas abre espaço para discutir, de forma original, a questão da gestão do trabalho. O que é, até certo ponto, óbvio se pensarmos na importância da comunicação, e da busca do consenso, para um objeto caracterizado pela obtenção de uma ação coordenada entre muitas pessoas, frente a ambientes em permanente mutação.

Isto permite conciliar os conceitos de gestão e trabalho, e explica o aparente paradoxo pelo qual, a partir da relativização do idéia de trabalho no interior de um modelo de interpretação da sociedade, é possível avançar na reflexão a respeito do estudo da sua gestão.

(4) *Idem*



Gestão e Habermas

Até que ponto e de que forma Habermas contribui para a compreensão da gestão do trabalho na atualidade? Na minha opinião, Habermas desempenha um papel importante neste processo.

Seu modelo de interpretação social, fundamentado no mundo da vida e na ação comunicativa, coloca a autogestão, enquanto uma proposta organizacional baseada no consenso, como algo previsível e inerente à vida em sociedade; passível de ocorrer exemplarmente nos mais diversos momentos e locais. (5)

Por outro lado, a gestão tradicional é amplamente discutida, assim como o papel de seus agentes, sua estrutura interna e sua inserção no social.

Senão, vejamos:

1º) Demonstra a natureza das organizações formais e explica a relação entre hetero e auto-gestão.

Ao definir o mundo da vida como uma instância constituída pela ação comunicativa e dotada de uma racionalidade essencial, a heterogestão só é possível executando um duplo movimento: Por um lado, autonomizando-se com relação ao mundo da vida; e, pelo outro, reconvertendo no interior dos sistemas dirigidos pelos meios o substrato comunicativo racionalizante do mundo da vida, num processo de isolamento do componente ético e de empobrecimento dos laços sociais dos agentes.

As organizações formais vão perceber o mundo da vida como um ingrediente sistêmico a ser avaliado caso a caso (6). Através do princípio da inserção voluntária de seus membros, as empresas e

(5) GUTIERREZ, Gustavo Luis; Autogestão e Condições Modernas de Produção, Marília, UNESP, 1987, p. 32 e 33

(6) HABERMAS, Juergen; Teoría de la Acción Comunicativa, op. cit., v.II, p. 436

instituições se independizam dos fins reais de sua ação, assim como dos contextos particulares do mundo da vida expressos pela dimensão socializante das propriedades das personalidades, cuja presença poderia inibir a capacidade de controle alienado. (7)

As organizações formais não absorvem o social. Elas se subdividem em espaços constituídos em termos do mundo da vida, e outros onde a forma de comunicação característica do mundo da vida é neutralizada pela dimensão burocrática. Estes dois planos enfrentam um ao outro "como âmbito de ação socialmente integrado e âmbito de ação sistemicamente integrado". (8) Ou seja, em outras palavras, vamos assistir uma luta permanente, no interior da organização, pela manutenção do controle alienado, que só é possível pela reconversão e autonomização com relação ao mundo da vida.

Não se deve confundir isto com a idéia espontaneísta de que, na ausência de controles, a organização se torna automaticamente autogestionária.

O processo de controle burocrático necessita despotencializar as ações integradas socialmente, em função das divergências de interesses entre seus membros; tanto no sentido do conflito capital e trabalho, como entre os diversos grupos articulados e presentes. Da mesma forma, trata-se de impor uma racionalidade com respeito a fins no lugar da racionalidade comunicativa, fundamentada na participação em processos discursivos que objetivem o consenso. Aqui surge, na prática, o conflito já referido entre uma complexidade evitável e outra inevitável.

Este processo de colonização do mundo da vida implica em que "o mecanismo de entendimento linguístico, essencial para a integração social, fique parcialmente em suspenso no âmbito da ação sistemicamente organizado, e descarregado através de meios de controle." (9) A ação sistemicamente organizada, porém, precisa ficar ancorada no mundo da vida, e isto ocorre através do direito for-

(7) HABERMAS, Juergen; Teoria de la Acción Comunicativa, op. cit., v. II, p. 436

(8) Ídem, p. 438

(9) Ídem

mal. Por isso que Habermas considera que o tipo de jurisdição das relações sociais constitui um bom indicador dos limites entre sistema e mundo da vida. (10)

Mas, de qualquer forma, os mecanismos de entendimento não podem ser totalmente retirados dos sistemas já que, só através deles é possível sustentar uma ação controlada formalmente e atingir os objetivos propostos. (11) "Com a organização informal, o mundo da vida dos membros da organização, nunca extirpado de todo, penetra própria realidade organizacional." (12)

A utilização do referencial habermasiano permite também compreender o fenômeno da reconversão sistemática das formas originais de organização engendradas no processo de lutas de classes.

Desde uma perspectiva marxista, formas novas surgem em momentos de radicalização dos conflitos, quando melhor se percebe o potencial criativo e revolucionário da classe subalterna. Estas inovações, contudo, são reconvertidas nos interesses da classe dominante, pelo menos enquanto não ocorrer uma ruptura dialética.

Este mesmo movimento, desde a perspectiva da TAC, ilustra a busca constante e inevitável do "entendimento (...) fundamentalmente necessário como mecanismo de coordenação da ação", (13) por parte dos agentes das organizações formais, no mundo da vida; que tanto rodeia a organização como existe enquanto elemento constitutivo necessário.

Se considerarmos correta a interpretação que eu faço de Habermas, o caminho para a administração tradicional parece previsível.

A contradição é inevitável e permanente. O mundo da vida constitui o depositário das reservas de racionalidade necessárias para o aumento de produtividade, vital à lógica capitalista. A busca dos objetivos organizacionais, por sua vez, se dá através de uma generalização interna das ações estratégicas. Como estas não pos-

(10) HABERMAS, Juergen; Teoria de la Acción Comunicativa, op. cit., v II, p. 438

(11) Ídem, p. 440

(12) Ídem, p. 441

(13) Ídem, p. 572

sua autonomia com relação ao mundo da vida, as ações comunicativas estão sempre presentes, porém despotencializadas. Ao aumento de racionalidade corresponde um aumento de complexidade, como forma de manter o controle sistêmico. Obter saldos crescentes nesta relação constitui um desafio sem solução.

Numa perspectiva concreta e cotidiana, isto significa tentar aumentar o envolvimento espontâneo dos membros com os objetivos organizacionais, de forma a aproveitar melhor o potencial racionalizante do mundo da vida. O problema imediato é conseguir diminuir o grau de conflito interno criando uma forte identidade entre os membros e a organização. Nesta caminhada, todos os recursos imagináveis vão ser utilizados, já que estamos falando de sistemas dirigidos pelos meios poder e dinheiro, fundamentados em ações estratégicas.

2º) É possível perceber, a partir da TAC, uma prática organizacional mais adequada à autogestão

Na minha leitura de Habermas, a autogestão depende "de (uma) forma de comunicação igualitária, recíproca, espontânea e voltada à inovação", (14) onde "os atores participantes tentam definir cooperativamente seus planos de ação, levando em conta uns aos outros, no horizonte de um mundo da vida compartilhado e na base de interpretações comuns da situação... O agir comunicativo distingue-se pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica dos planos individuais de ação, mas na força racionalmente motivadora dos atos de entendimento, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente." (15)

As vantagens de uma racionalidade organizacional fundamentada nesta concepção são evidentes; assim como as dificuldades para a sua operacionalização e sua relação com o ambiente, tanto em função

(14) HABERMAS, Juergen; Um Perfil Filosófico Político, op. cit., p. 83

(15) _____; O Pensamento Pós-Metafísico, op. cit., p. 72

da complexidade interna como do papel político que inevitavelmente deverá desempenhar.

3º) Permite definir a inserção política da gestão do trabalho

Na heterogestão, os sujeitos se movem no interior de um espaço caracterizado pela despotencialização das ações comunicativas, originais do mundo da vida. Ou seja, dentro dos sistemas dirigidos pelos meios, vamos encontrar as tensões decorrentes de uma estrutura social marcada por condições desiguais de oportunidade de vida, os efeitos patológicos da desterritorialização da vida pessoal dos membros, e as contradições inerentes ao duplo movimento de apropriação e controle da racionalidade constituída comunicativamente.

O papel político, portanto, é essencialmente conservador, porém marcado pelo pragmatismo inerente à ação estratégica.

As experiências de autogestão, por outro lado, aparecem limitadas no seu potencial transformador, a partir do momento em que devem se relacionar com ambientes constituídos como sistemas. É inútil imaginá-las como vanguardas, ou elementos catalizadores, de uma possível revolução. Sua importância, neste sentido, vai depender da inserção prática e coerente num conjunto mais amplo de manifestações autonomistas, nas mais diversas esferas da vida social.

4º) Permite compreender a natureza das relações entre as experiências autogestionárias e o meio em que devem atuar

É comum que as descrições das experiências de autogestão enfatizem os problemas organizacionais. Habermas indica aqui uma possível inversão. A ênfase pode ser dada, justamente, no ganho de racionalidade original da superação dos distúrbios e efeitos patológicos que as organizações tradicionais provocam em seus membros; cujo resgate é possível através da ação coletiva coordenada comunicativamente.

Esta tentativa de não reproduzir internamente relações autoritárias é uma marca comum às experiências autogestionárias, desde os seus primórdios libertários. As dificuldades de articulação e sobrevivência nos mercados também. Porém, a inserção desta problemá

tica num modelo explicativo complexo, como o proposto por Habermas, pode servir para aprimorar a reflexão imediata a respeito de cada realidade conjuntural e, conseqüentemente, melhorar as condições de atuação e as possibilidades de sucesso da autogestão.

conceitos	Antes T A C	T A C	Para uma teoria da gestão do trabalho
Decisão Unidade	Agir racional sem respeito às regras Agir Substantivo	Agir comunicativo (negotiation) ou discursiva de consenso Agir estratégico (goal setting/manipulation) - Resolva o problema de existência de agir substantivo no mundo real	Três uma contribuição direta ao contexto do ambiente interno das organizações comunicativo possui um discurso racionalmente fundamentado. Sua apropriação se dá através do processo de colonização do mundo da vida. Não é possível uma totalização e participação, de ações estratégicas, é impossível a vitória de uma racionalidade comunicativa sobre a estratégica e comunicativa. O papel de cada ação na organização.
Paradigma	Ligado à produção (realidade, científico, etc.) fase no discurso, evolução (cientista)	Ligado à comunicação (não se fia mais em conteúdos normativos do modelo expressivo - vista de alienação e ressignificação de fogos essenciais) - Mantém a reprodução material como uma linguagem privilegiada	A mudança de paradigma indica várias vezes o estado da gestão do trabalho. Permite imaginar uma relativização de importância distributiva e uma valorização de espaço para cada organização, discurso parcializado no ir e vir entre o particular e o geral. O processo de racionalização da gestão, as opções metodológicas de Habermas, na visão de Kant e Weber até à TAC, tem uma racionalidade transcendental que dá unidade ao modelo.

Em resumo:

concei- tos	Antes T A C	T A C	Para uma teoria da gestão do trabalho
Raciona- lidade	Agir racional com respei- to a fins X Agir Substantivo	Agir comunicativo (bug- ca discursiva do con- senso) X Agir estratégico (domi- nação/manipulação) - Resolve o problema da inexistência de agir substantivo no mundo real	Traz uma contribuição direta no sentido da decodifi- cação do ambiente interno das organizações. O agir comunicativo possui uma dimensão racionalizante fun- damental. Sua apropriação se dá através de um movi- mento de colonização do mundo da vida. Porém, como não é possível uma totalização a partir, exclusiva- mente, de ações estratégicas, é inevitável a sobrevi- vência de uma racionalidade comunicativa. A distin- ção entre estratégico e comunicativo permite definir o papel de cada ação na organização
Paradig- ma	Ligado à produção (rela- tivizado, sistêmico, em fase no discurso, evolu- cionista)	Ligado à comunicação (não se fia mais em conteúdos normativos do modelo expressi- vista de alienação e reapropriação de for- ças essenciais) - Mantém a reprodução material como uma in- tância privilegiada	A mudança de paradigma indica várias alternativas pa- ra o estudo da gestão do trabalho. Parece coerente imaginar uma relativização da importância do confli- distributivo e uma valorização da especificidade de cada organização, dimensão parcialmente sacrificada no ir e vir entre o particular e o geral, caracterís- tico do materialismo dialético. Ou seja, reafirma as opções metodológicas de Habermas, na sua trajetória de Kant e Weber até a TAC, com uma racionalidade transcendental que dá unidade ao modelo.

Concei- tos	Antes T A C	T A C	Para uma teoria da gestão do trabalho
Crise	Sinaliza a falta de so- luções aceitáveis den- tro dos limites de uma determinada formação so- cial	Ídem	A crise permanece presente no modelo. A mudança de pa- radigma vai alterar, apenas, as características em função das quais a crise não se resolve. Enquanto o conflito por interesses materiais limita qualquer possibilidade de solução que não seja revolucionária, a crise ilustrada pela contraposição sistemas e mundo da vida tampouco aponta para solu- ções parciais, cuja somatória possibilitaria uma transformação radical e pacífica da sociedade. Isto, contudo, é uma conclusão pessoal a partir da mi- nha leitura da obra de Habermas já que, para ele, es- tas questões só se resolvem empiricamente.
Parti- cipação	Significa que todos po- dem contribuir, em igualdade de oportunida- des, nos processos de formação discursiva da vontade coletiva.	Ídem	O conceito de participação, implementado no interior das organizações, parece estar se aproximando gradati- vamente, e com todas as limitações inerentes à sua in- serção no interior dos sistemas dirigidos pelos meios poder e dinheiro, ao conceito utilizado por Habermas. A participação só é possível, tanto na perspectiva da administração tradicional como nas experiências de au- togestão, a partir de estruturas e práticas organiza- cionais complexas e permanentemente em evolução. Algo muito mais sofisticado do que uma caixinha pendurada na parede ou, do outro lado da questão, que a eleição de um conselho de trabalhadores.

Concei- tos	Antes T A C	T A C	Para uma teoria da gestão do trabalho
Auto - gestão	Única opção para liberar rendimentos não utilizados Conflito entre a complexidade evitável e inevitável Potencial revolucionário	Vantagens evidentes da racionalização pela ação fundamentada na busca comunicativa do consenso. Só a autogestão generalizada tem potencial revolucionário.	O modelo oferece um conjunto de coordenadas conceituais úteis à prática da autogestão. Relativiza o potencial revolucionário da experiência isolada e destaca a importância do meio no qual a organização atua. Destaca o papel da identidade com a defesa de valores e padrões de comportamento justos e igualitários, que podem ser percebidos originalmente no mundo da vida.
Hetero- gestão	Alienação e apropriação capitalista	Colonização do mundo da vida Efeitos patológicos sobre os membros	Ilustra a prática característica da gestão tradicional que, ao mesmo tempo, segrega a vida pessoal dos membros enquanto tenta criar artificialmente relações sociais compensatórias, porém numa forma passível de controle. Torna compreensível o movimento de apropriação do saber e da racionalidade original dos trabalhadores, na busca de soluções técnicas para questões específicas, pela colonização do mundo da vida. A generalização destas práticas origina efeitos e distúrbios patológicos, tratados das mais diversas formas.
Mercado	Dupla função: Auto-regulação do sistema de controle do trabalho dirigido pelo meio moeda e institucionalização de uma relação de coação entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores	Possui funções integrativas que se sobrepõem as valores e normas consensuais, provocando distúrbios e efeitos patológicos	O mercado, enquanto sistema auto-regulado dirigido pelo meio moeda é, com relação ao mundo da vida, intrinsecamente reacionário. A supressão da sua função integrativa, sem a adoção de mecanismos que possibilitem a ação dos agentes a partir de valores consensuais, originais do mundo da vida (um componente, aliás, marcadamente utópico do modelo), tem como principal consequência a hipertrofia burocrática e, se aliado a mecanismos internos de consulta, o desenvolvimento de processos autofágicos de gestão.

Concei- tos	Antes T A C	T A C	Para uma Teoria da gestão do trabalho
Confli - to	Estrutural (dado na pro- dução material)	Conjuntural: Mundo da vida, constituído pe- las ações comunicati- vas, é o substrato ne- cessário aos sistemas dirigidos pelos meios poder e moeda	Embora conjuntural, a solução não parece possível enquanto a prática organizacional ocorrer no inte- rior dos sistemas. A proposta de atuação política con- siste, então, em tentar subordinar os sistemas aos valores e normas consensuais, originais do mundo da vida
Lógica do Modelo	Controverso: Homo faber como "quadro fixo" do homem na construção evo- lutiva das sucessivas formações sociais carac- terísticas de cada modo de produção	Transcendental: A ra- cionalização das ima- gens de mundo, num sen- tido crescente, atra- vés das ações comunica- tivas, enquanto elemen- to permanente	A passagem da elaboração de um referencial teórico abrangente para uma teoria normativa da gestão do trabalho transforma esta questão, de um objeto de re- flexão, num problema de adequabilidade e coerência

Gestão e Poder (1)

Discutir gestão e poder significa discutir sobre as pessoas que caracterizam sua inserção social justamente a partir do exercício da gestão do trabalho. Ou seja, significa discutir os tecnoburocratas, também denominados tecnocratas ou gestores.

Se, por um lado, não vamos encontrar uma preocupação explícita com os gestores no centro da análise habermasiana; por outro lado, existem diversas, e muitas vezes antagônicas, reflexões a respeito deste objeto de pesquisa. Acredito conveniente, antes de tentar construir a ponte possível entre Habermas e os tecnoburocratas, rastrear estas concepções de forma a poder apresentar um painel ilustrativo das alternativas existentes.

Mas, afinal, quem são os tecnoburocratas?

O primeiro passo, numa caminhada pelas diferentes interpretações possíveis da tecnoburocracia, pode ser dado a partir de como, o grupo, em si, diz que se insere socialmente. Um artigo, publicado nos Cadernos de Administração Pública de 1954, tem um capítulo intitulado "A Hegemonia dos Administradores", onde o autor comenta que, embora a posse legal dos meios de produção ainda esteja nas mãos dos capitalistas, "no curso das últimas décadas, a administração real dos instrumentos de produção tem resvalado, constantemente, e cada vez mais, das mãos dos capitalistas para os administradores. É que a administração dos ramos mais importantes da indústria moderna transcendem o privilégio legal da posse e requer, demanda, exige competência especializada de primeira água". (2)

(1) Os primeiros pontos deste capítulo foram publicados, numa versão pouco diferente, como: *Tecnoburocracia e Classe Social: Algumas Questões Cooceituais e Mobilidade Interna*, Rev. de Administração de Empresas, São Paulo, 32(1):60-66, jan/mar 1992
 (2) SILVA, Benedicto; *A Era do Administrador Profissional*, Cad. de Adm. Pública, Rio, EBAP, 1954, p. 60 e 61

Pode-se citar também que "...um fato sabemos: se a sociedade continuar a desenvolver-se como até agora, o administrador de empresas do próximo milênio tornar-se-á pessoa de importância crucial, pois terá nas suas mãos o bem-estar do Estado e da população".

(3)

Ou ainda, como comenta Peter Drucker: "Os homens de negócios são os únicos que tiveram desempenho real. Isto é tão óbvio para toda a população que, na verdade, nem lhe ocorre que haja limitações naquilo que podemos fazer." (4)

Por esta pequena amostra, o que se pode concluir é que os tecnoburocratas se percebem como um elemento fundamental na sociedade moderna, portadores únicos de soluções eficientes ou, pelo menos, portadores das soluções mais eficientes possíveis, responsáveis pelo bem estar de Deus e todo o mundo.

Isto pressupõem, também, que eles atuam desvinculados da defesa de interesses específicos de classe ou grupo, já que buscam apenas soluções ótimas do ponto de vista técnico. Ou seja, eles se percebem numa perspectiva não crítica.

Ainda fora do campo de influência das idéias marxista, podemos citar a interpretação desenvolvida por Mannheim. Este autor considera possível o controle da tecnoburocracia pela população, num processo democrático. "Coordenação e planejamento podem ser feitos estribados no aconselhamento democrático. Nada há para impedir a maquinaria parlamentar de efetuar o controle necessário em uma sociedade planificada." (5)

(3) URIS, Auren; Novos Rumos em Administração de Empresas, São Paulo, Cultrix, 1974, p. 250

(4) DRUCKER, Peter; O Novo Papel do Management: O Preço do Sucesso, in KHAN, Herman (org); O Futuro da Empresa, São Paulo, Melhoramentos, 1975, p. 48

(5) MANNHEIM, Karl; Diagnóstico do Nosso Tempo, Rio, Zahar, 1961, p.6; consultar também MANNHEIM, Karl; Liberdade, Poder e Planificação Democrática, São Paulo, Mestre Jou, 1972, por ex. p. 264

A Interpretação Marxista

Existe a impressão, relativamente difundida, de que Marx e Engels não teriam imaginado até que ponto a tecnoburocracia chegaria a ocupar espaço na sociedade moderna. Daí se justificaria a pouca importância que algumas interpretações de autores, que procuram situar-se o mais próximo possível das raízes dessa linha de pensamento, costumam dar ao fenômeno.

Independente do fato de que é compreensível que alguns autores se apeguem aos conceitos fundamentais do marxismo de forma mais rígida do que o próprio autor original, a impressão acima é apenas parcialmente correta.

Marx e Engels consideram, resumidamente, que o controle da sociedade por uma tecnoburocracia, com o desaparecimento inclusive da burguesia, ou sua transformação em classe rentista, não altera a natureza do capitalismo, permanecendo válida a análise anteriormente desenvolvida.

Engels, num artigo de 1881, escreve o seguinte: "As estradas de ferro e boa parte das embarcações a vapor de grande tonelagem não são propriedades de capitalistas individuais que dirigem seus próprios negócios, mas sim sociedades por ações cujos negócios são dirigidos por servidores remunerados, por funcionários que ocupam, de todos os pontos de vista, posições superiores e são melhor remunerados do que os operários comuns. Quanto aos diretores e acionistas, ambos sabem muito bem que quanto menos os primeiros (os diretores) interferirem na direção e os segundos (os acionistas) na supervisão, melhor para os seus negócios... Uma frouxa e principalmente superficial supervisão é, de fato, a única função que permanece nas mãos dos proprietários das empresas. Assim, pois, vemos que, na realidade, a única atividade reservada aos proprietários capitalistas destas gigantescas empresas é a de cobrar semestralmente seus dividendos. A função social dos capita -

listas foi transferida, aqui, para empregados a soldo da empresa; mas o capitalista continua a embolsar, sob forma de dividendos, o pagamento por aquelas funções, embora tenha deixado de desempenha-las." (6) O autor vai desenvolver a idéia de que a única classe historicamente necessária é a classe trabalhadora, em qualquer época. (7)

O mesmo Engels escreve que a transformação das grandes empresas de produção e circulação em sociedades por ações e propriedade do Estado, mostram a possibilidade de prescindir da burguesia, pois empregados assalariados cumprem atualmente todas as funções sociais do capitalista(.). Mas nem a transformação em sociedades por ações, nem a transformação em propriedade do Estado, priva as forças produtivas de serem propriedade do capital; o caso é evidentíssimo para as sociedades por ações(.). O Estado moderno, qualquer que seja a sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista; é o Estado dos capitalistas; é o capitalista coletivo ideal." (8)

Marx, por sua vez, no livro terceiro do Capital escreve o seguinte: "Que a alma de nosso sistema industrial não são os capitalistas industriais, mas os managers industriais, já tinha sido observado pelo Sr. Ure(.). A própria produção capitalista chegou ao ponto em que o trabalho de direção superior, totalmente separado da propriedade do capital, anda pela rua. Tornou-se, portanto, inútil que esse trabalho de direção superior seja exercido pelo capitalista. Um regente não precisa absolutamente ser proprietário dos instrumentos da orquestra, nem faz parte da sua função de dirigente que ele tenha algo a ver com o salário dos demais músi -

(6) ENGELS, Friedrich; *Classes Sociais Necessárias e Supérfluas*, *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, Ed. Ciências Hum., 1978, p.15

(7) *Idem*, p. 13

(8) ENGELS, Friedrich; *Anti-Dühring*, Madrid, Ciencia Nueva, 1968, p. 302

cos.../ Após cada crise, pode-se ver, nos distritos fabris ingleses, um bom número de ex-fabricantes que supervisionam, por um salário modesto, as fábricas que antes lhe pertenciam, mas agora, como dirigentes dos novos proprietários, muitas vezes seus credores.../ Uma vez que, por outro lado, o mero dirigente que não possui capital a título algum, nem por empréstimo, nem de qualquer outra maneira, exerce todas as funções reais que cabem ao capitalista funcionante como tal, fica apenas o funcionário e desaparece o capitalista como figura supérflua do processo de produção."

(9)

Partindo destas citações, pode-se perceber que o aspecto fundamental a ser considerado é o caráter, ou não, capitalista da sociedade. Ou, seja, a maior ou menor importância social da tecnoburocracia, com inclusive o desaparecimento do capitalista individual, não altera necessariamente a natureza capitalista das relações sociais. Pode-se considerar, nesta perspectiva teórica, até provável que a administração na sociedade, em determinados momentos, fique a cargo, exclusivamente, do "empregado a soldo da empresa", o "manager, alma do sistema industrial".

O aspecto central, portanto, para discutir a inserção da tecnoburocracia na sociedade atual, de forma a dialogar com essa teoria, não passa pela avaliação da sua importância no jogo das relações sociais, mas pela definição da sociedade contemporânea enquanto sociedade capitalista ou, pelo contrário, como algo pós-capitalista e distinto.

(9) MARX, Karl; O Capital: Crítica da Economia Política, São Paulo, Abril Cultural, 1983, livro 3, cap. XXIV, p. 288, consultar também p. 299

Outras interpretações

Existem várias alternativas que podem ser usadas como exemplo. Optei trabalhar com os modelos desenvolvidos por Luiz C. Bresser Pereira e João Bernardo, enquanto autores com influência marxista, porém mantendo um distanciamento com relação à proposta original.

Luiz C. Bresser Pereira escreve o seguinte: "Ao invés do socialismo, o que vemos em todo o mundo hoje, seja nos países que ainda mantêm a propriedade privada dos meios de produção, seja naqueles que já a aboliram, é o poder político e econômico ir-se concentrando em um novo grupo sócio-econômico - o grupo dos tecnoburocratas ou simplesmente tecnocratas - e assim ir surgindo um novo sistema político e econômico: a tecnocracia, ou tecnoburocracia, ou tecno-estrutura, ou tecnocratismo, termos para nós sinônimos, ainda que possam ter conotações algo diversas. Nesses termos, a etapa imediatamente posterior ao capitalismo é a tecnoburocracia. A história do mundo hoje é a da transição do capitalismo para a tecnoburocracia e não para o socialismo. Este, em termos muito diversos dos previstos por Marx, provavelmente ainda deverá ocorrer, mas no momento assistimos em todo o mundo à tomada do poder não pelos operários, mas por técnicos burocratas e militares." (10)

Mesmo considerando a simplicidade do modelo, o autor tem o mérito de mostrar de forma clara e original sua posição a respeito do tema, assim como as divergências com relação à sua leitura da obra de Marx. (11)

A questão básica passa, neste caso, pelo fato de que o desenvolvi

(10) PEREIRA, Luiz C. Bresser; *Tecnoburocracia e Contestação*, Petrópolis, Vozes, 1972, p. 30

(11) Para uma crítica da utilização, por Luiz C. Bresser Pereira, das categorias marxistas, consultar: GIANNOTTI, José Arthur; *Filosofia Miúda*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 70 e segs.

mento atual da sociedade a transformou a tal ponto que a tecnoburocracia é, ou tende a ser, a classe dominante; a técnica, o fator estratégico de dominação, enquanto o trabalho braçal vai sendo substituído pela automação. Ou seja, vivemos numa sociedade distinta do capitalismo e não prevista por Marx.

João Bernardo, por sua vez, e também dialogando com o marxismo, sustenta: "Em meu entender, o Capitalismo é, desde a sua origem, um sistema que articula três classes: a classe burguesa e a classe dos gestores, ambas constituindo as classes capitalistas; e a classe proletária. Eventualmente, pode a burguesia reduzir-se até praticamente desaparecer, como sucede na URSS, por exemplo, ficando então duas classes em presença. Os gestores são assim, na minha opinião, o elemento de continuidade social entre os capitalistas, sendo eles a classe capitalista que se reforça com o desenvolvimento do modo de produção." (12)

Extraída isoladamente, esta citação não faz justiça à originalidade da interpretação do fenômeno tecnoburocrático desenvolvida por João Bernardo, e ilustrada inclusive por trabalhos de Fernando C. Prestes Motta e Lucia Bruno. (13)

Ele não chega a inovar, porém, com relação ao marxismo, quando destaca a importância atual da tecnoburocracia, e nem ao sustentar a tendência que este grupo tem de eliminar a burguesia. Já, considerar o capitalismo como um modo de produção que articula três classes sociais fundamentais, é próprio e original; assim como a descrição dos mecanismos de funcionamento da tecnoburocracia dentro do modo de produção.

(12) BERNARDO, João; Capital, Sindicatos e Gestores, São Paulo, Vértice, 1987, p. 69

(13) MOTTA, Fernando C. Prestes; Organização e Poder, São Paulo, Atlas, 1986

BRUNO, Lucia; A Prática de uma Classe no Vácuo de uma Teoria, in BRUNO, Lucia e SACCARDO, Cleusa; Organização, Trabalho e Tecnologia, São Paulo, Atlas, 1986

Tecnoburocracia, formação diferenciada e solidariedade

São inegáveis a racionalização e a eficiência imprimidas à produção, sob o controle do gestor a serviço da iniciativa privada, com exceção de áreas como educação e saúde. Da mesma forma, estes gestores tem se beneficiado de uma participação privilegiada nos frutos do trabalho social. Esta participação é mantida e ampliada no tempo, não só por méritos próprios e dedicação ao bem da humanidade, mas por articulações e confrontos políticos com as demais forças sociais.

Isto vai ocorrer concomitantemente ao desenvolvimento de um processo de lutas internas às organizações ferrenho, onde a incorporação de novos membros e a exclusão de outros possui não só um componente de origem familiar e a legitimação em instituições de ensino específicas, mas também a avaliação de méritos pessoais, medidos pela capacidade individual de articulação intra-grupo e de renovação das condições técnicas de produção.

A inserção da empresa no mercado concorrencial, com todas as limitações oligopolísticas que possam existir, ainda é um elemento fortemente motivador para a busca de eficiência e produtividade. Esta ameaça externa de falência, contudo, não vai se traduzir numa solidariedade e comunhão entre os diferentes grupos que compõem as organizações produtivas.

Ao nível da empresa, a tecnoburocracia apresenta diferenciações internas não necessariamente solidárias, já que a repartição do produto do trabalho social é relativa e, dentro de determinados níveis, excludente. Em outras palavras, o prestígio do setor financeiro, por exemplo, pode lhe direcionar uma parcela de renda que, em outras circunstâncias, iria para a área comercial, ou de recursos humanos, informática, etc.

Esse conflito, entre gestores com formação técnica diferenciada, é possível por não existir uma única composição ótima para a distribuição das funções de gerência, entre os vários grupos especializados.

As diversas combinações possíveis entre departamentos, assessores, políticas e estratégias implicam em aceitar soluções múltiplas como ótimas, quando se trata de definir a organização para o confronto na realidade material.

Essa variedade de compostos adequados, para obter resultados parecidos no desempenho das empresas, contudo, representa uma distribuição diferenciada da parcela de riqueza à disposição de cada grupo de gestores. A estrutura ótima é ainda mais difícil de ser avaliada, objetivamente, se considerarmos que no limite o desempenho da organização deve ser ponderado em função de questões conjunturais e pela habilidade de algumas pessoas em posições de destaque.

Na prática, ressaltando algumas limitações mais rígidas, o acesso de cada grupo de gestores com formação diferenciada ao poder e aos benefícios materiais, dá-se num confronto de conotação política, medido pela expansão da organização no mercado em que atua.

O prestígio de cada área poderia ser considerado, teoricamente, como fruto da eficiência em melhor dotar a empresa de armas para esse confronto no mercado. Como isto, na realidade, é muito difícil de aferir, em função das questões apontadas, o que acaba ocorrendo é que, paralelo à eficiência de cada grupo de gestores com formação diferenciada, surge como determinante o espaço conquistado para a auto-divulgação nos meios de comunicação de massas e na imprensa especializada.

O relacionamento com o mercado, então, pode ser percebido a partir de duas vertentes distintas. Por um lado, o mercado é a medida da atuação da organização e, por outro, é o meio através do

qual os tecnoburocratas conseguem vender-se a preços crescentes no tempo. Essa expectativa de aumento do valor pessoal, que corresponde a uma participação relativa maior no sobre-trabalho apropriado, passa pela situação econômica e social em geral, por relações e competências pessoais, assim como pelo prestígio conjuntural da área específica de atuação.

Ou seja, ao mesmo tempo em que é possível perceber, no conjunto dos gestores, uma mobilização articulada com características de classe social; também é possível notar que eles se articulam, ou até mesmo se percebem, enquanto mercadoria a ter seu valor maximizado.

Os profissionais da área de marketing constituem o exemplo mais acabado desta estratégia de valorização articulada no mercado de trabalho, nas escolas e nos meios de comunicação de massas. Suas associações profissionais e instrumentos de divulgação, como revistas, congressos e premiações, compõem um mecanismo permanente de pressão para manter e ampliar o espaço conquistado dentro das organizações, ao mesmo tempo que desenvolvem uma linguagem e estilos pessoais próprios.

Outro fator importante neste contexto é a prática, entre eles, de uma solidariedade instrumental, no sentido do aproveitamento, junto ao processo produtivo, de pessoas identificadas com o grupo, mas seguindo critérios de acordo com limites pessoais de competência.

A identificação de uma pessoa com os tecnoburocratas pode se dar por meio de relações simbólicas, familiares e legitimada por instituições específicas. Sua inserção relativa no processo produtivo, e sua maior ou menor participação no sobre-trabalho apropriado, vai depender também dos limites de sua competência, avaliada pelos pares, em função não só da habilidade em manter o que existe, mas principalmente pela capacidade em inovar na reordenação do aparato produtivo.

Identidade e bom comportamento só parecem garantir ao proto-gestor, pelo menos numa parte significativa dos casos, a expectativa de uma posição secundária no contexto e uma participação operacional ou representativa com relação ao aparato produtivo.

Isso possibilita ao grupo, atuando num ambiente mediado por conflitos em função de interesses antagônicos, adequar seu processo de renovação interna no tempo com a natureza da expansão do modo de produção, recompensando de forma seletiva e diferenciada seus membros, de acordo com critérios que, embora não necessariamente explicitados, são quase legitimados por um reconhecimento geral.

Essa quase legitimação também é sustentada pela veiculação de um discurso, no formato de sagas individuais, onde a competência é apresentada como fruto de dons e obstinação pessoais, o que possibilita aos demais tecnoburocratas contato com um modelo idealizado e heróico a ser seguido, ao mesmo tempo em que lhes permite perceber limites para a recompensa de sua própria competência e justifica, ideologicamente, a participação privilegiada do grupo no consumo de mercadorias.

A situação de instabilidade a que estão sujeitos os membros, e a expectativa de poderem vir a sofrer fortes penalidades materiais e emocionais (o que pode ser ilustrado pelas doenças mais comuns entre os membros do grupo), paralelamente à inserção e manutenção individual em função de critérios não objetivos, ao mesmo tempo em que obtém um máximo de estímulo à produtividade, entendida aqui como a preservação dos privilégios nos moldes da reprodução da formação social, requer também mecanismos de acomodação e reordenamento internos, que podem ser compreendidos como uma forma específica de solidariedade intra-grupo.

Esta solidariedade, contudo, é distinta da solidariedade comumente definida no âmbito da classe subalterna, fundamentada na identidade de condições de exploração e alienação, e que se manifesta nas tentativas de auto-defesa coletiva como, por exemplo, a greve,

a sabotagem e a condenação do carreirismo. Isto é, pode-se perceber, no contexto da tecnoburocracia, uma solidariedade instrumental, que tende a manter seus membros sob forte pressão, num processo de constante cobrança organizacional no sentido da superação.

Esta solidariedade instrumental, se é que pode ser assim chamada, é fruto de relações internas entre agentes que definem sua ação através de uma lógica fundamentada na razão instrumental, ou ainda, dentro do modelo habermasiano mais recente, na racionalidade estratégica.

Resumindo, pode-se dizer que os gestores interagem com outros grupos sociais, num contexto de luta por interesses materiais e simbólicos antagônicos, onde a sua atuação tem de original a autovalorização no mercado de trabalho enquanto mercadorias diferenciadas, mesmo entre eles próprios, utilizando-se da concorrência pela fixação de uma imagem de eficiência através da articulação entre a ação material de organizar a produção, a atuação em instituições de ensino e a divulgação pelos meios de comunicação especializados e de massas.

Este processo possibilita o desenvolvimento de uma solidariedade interna instrumentalizada no sentido da preservação dos privilégios, desde que de acordo com uma lógica conservadora de expansão do modelo, num clima de instabilidade e dispensabilidade individual, fruto de uma generalização da racionalidade estratégica.

(14) HARTZBERG, Federico: La Voluntad de Dominio: Ensayo de una Transmutación de Todos los Valores, op. cit., p. 44

Tecnoburocracia e irracionalismo

O conflito, percebido numa perspectiva crítica, é definido no âmbito da produção e manifesta-se pela luta de classes. Se a instância dominante de conflito social, porém, for percebida no próprio indivíduo, desloca-se o modelo de interpretação social de uma proposta inspirada no materialismo dialético para o conceito liberal de homem, em luta com os semelhantes para maximizar a sua satisfação.

Se este mesmo conceito for levado ao limite, ou seja, tomando a luta como um fim em si mesma, ou como um momento nobre da existência, chegamos à lógica de Nietzsche: "Quando se chega a uma certa independência, se quer mais: é feita uma seleção segundo o grau de força; o indivíduo não se coloca desde o início como um igual, senão que busca seus iguais e separa de si os outros. Ao individualismo, se segue a formação de membros e órgãos, as tendências afins se reúnem e trabalham como poder, entre estes centros de poder ocorrem atritos leves, guerras, reconhecimento de forças recíprocas, compensações, aproximações, definição de uma troca de prestações. Concluindo: Uma hierarquia(..). Se quer a liberdade enquanto não se tem, ainda, o poder. Quando se tem o poder, se quer o predomínio, se este não se consegue (por ser demasiado fraco para conquistá-lo), se quer a 'justiça', isto é: Um poder igual."

(14)

A percepção da dimensão social da tecnoburocracia a partir deste referencial teórico, ou pelo menos a sua confrontação como forma de auxiliar a compreensão do objeto, não é tão absurda quanto pode parecer à primeira vista.

A frase de Peter Drucker, citada no início deste capítulo, para

(14) NIETZSCHE, Federico; *La Voluntad de Domínio: Ensayo de una Transmutación de Todos los Valores*, op. cit., p. 44

ficar no mesmo exemplo, possui uma lógica interna que não é estranha à obra de Nietzsche. "Os homens de negócios são os únicos que tiveram desempenho real...", não é pouca coisa para o século que assistiu ao maior desenvolvimento técnico da história conhecida. São verdadeiros super-homens de negócios, estes...

A massa, por sua vez, ou o rebanho para usar uma expressão muito querida de Nietzsche, assiste a tudo em verdadeiro estado de estupefacção.

Tão estúpida, aliás, que não consegue distinguir sequer que hajam limitações naquilo que estes super-homens de negócios podem fazer. De fato, esta deve ser a única lei que a estatística consegue demonstrar, tratando-se da história humana... "Leis? Certamente, a estatística demonstra que a massa é vulgar e uniforme até a repugnância. Devemos chamar de leis aos efeitos das forças de gravidade que se denominam a estupidez, o espírito simiêsco de imitação, o amor, a fome?" (15) Claro que Nietzsche é mais eloquente, ou sincero, que Drucker; mas os pontos em comum são evidentes.

Da mesma forma, os tecnoburocratas parecem alunos aplicados deste mestre quando ele escreve: "Não 'conhecer', senão esquematizar, impor ao caos bastante regularidade e suficiente número de formas para satisfazer nossas necessidades práticas." (16) De que forma poderia-se definir melhor, em poucas palavras, a mentalidade tecnocrática e sua inserção no social?

É preciso, contudo, ter cuidado para não confundir, com estas comparações o alcance possível da demonstração. Não se trata de imaginar que o mundo se apresenta como uma luta permanente e sem sentido, ou cujo sentido se esgota simplesmente na dominação.

(15) NIETZSCHE, Federico; Consideraciones Intempestivas, op. cit. p. 156

(16) _____; La Voluntad de Dominio: Ensayo de una Transmutación de Todos los Valores, op. cit., p. 320

Trata-se, isso sim, de notar que a percepção de mundo da tecnoburocracia tem pontos de contato com aspectos da obra de Nietzsche, cuja importância não deve ser ignorada.

Um exemplo hipotético que incorpora todas as características da tecnoburocracia, aqui apontadas, seria a elaboração de um cenário para o cálculo dos efeitos macro-econômicos de uma terceira guerra mundial.

Um conflito desta natureza, com um uso criterioso das armas de destruição em massa, teria como efeitos previsíveis, tanto durante o período das hostilidade, como na reconstrução, e até mesmo além, uma queda drástica no nível de desemprego (que não poderia mais, nestas circunstâncias, ser chamado de estrutural), e um forte desenvolvimento científico e tecnológico. Além disso, pode-se prever uma sensível diminuição nas reivindicações trabalhistas, em função da inserção das pessoas no heróico esforço coletivo, primeiro de destruição e depois de reconstrução. Em resumo, trata-se de postergar, com um pouco de sorte, toda a discussão sobre trabalho em uns cinquenta anos.

Claro que tudo isto é puramente especulativo. Tudo indica que os setores mais pragmáticos da inteligência conservadora acreditam, ainda, que a crise do capitalismo contemporâneo pode ser resolvida mexendo na taxa de juros.



CAPÍTULO VI Teoria da Ação Comunicativa

TECNOBUROCRACIA E TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

A existência, em Habermas, de uma preocupação especial com a definição da tecnoburocracia, enquanto grupo social diferenciado, faz com que qualquer análise neste sentido, a partir da TAC, se limite a um exercício de aplicação das suas premissas.

Um aspecto que eu procuro enfatizar, na discussão apresentada, foi justamente a salvageria que caracteriza as relações internas de grupo, manifestada principalmente nos critérios para a distribuição de recompensas e punições materiais e simbólicas.

Esta luta interna, manifestada a nível da ética, surge como característica típica destes ambientes onde, sob o domínio da flexibilidade, é valorizada a capacidade de adaptação a situações externas e a consciência da necessidade de adaptação a situações internas.

Estes aspectos se relacionam com a representação dos valores em termos de sistemas de valores, onde, sob o domínio da flexibilidade, é valorizada a capacidade de adaptação a situações externas e a consciência da necessidade de adaptação a situações internas.

Eu vejo, na teoria da tecnoburocracia, um espaço onde se desenvolve a luta interna, onde, sob o domínio da flexibilidade, é valorizada a capacidade de adaptação a situações externas e a consciência da necessidade de adaptação a situações internas.

(1) HABERMAS, Jürgen; Teoria da Ação Comunicativa, op. cit., v. II, p. 258/9

Tecnoburocracia e Teoria da Ação Comunicativa

Este painel sobre a tecnoburocracia, tal qual foi construído, procura destacar as contradições e dificuldades para abarcar, numa definição, a complexidade deste objeto.

A. inexistência, em Habermas, de uma preocupação direcionada especificamente para a definição da tecnoburocracia, enquanto grupo social diferenciado, faz com que qualquer análise neste sentido, a partir da TAC, se limite a um exercício de aplicação dos seus pressupostos.

Um aspecto que eu procurei enfatizar, na discussão apresentada, foi justamente a selvageria que caracteriza as relações internas do grupo, manifestada principalmente nos critérios para a distribuição de recompensas e punições materiais e simbólicas.

Esta luta intestina, marcadamente a-ética, surge como característica típica destes ambientes onde, sob o eufemismo de flexibilidade, é amplamente valorizada a capacidade de adaptação a novos círculos de pessoas, a consciência da descartabilidade pessoal e o descompromisso com relação à verdade ou princípios de qualquer espécie.

Estes aspectos me parecem bem representados naquilo que Habermas chama de sistemas dirigidos pelos meios, onde o mundo da vida e a racionalidade comunicativa são despotencializados para a expansão das ações estratégicas e sua forma de integração sistêmica.

Ou seja, os sistemas percebidos enquanto um espaço onde ocorre uma desconexão com relação ao mundo da vida, substituindo-se a busca comunicativa do consenso por uma generalização simbólica de prejuízos e ressarcimentos, que possibilita a coordenação das ações dos agentes envolvidos nas esferas econômica e política. (1)

(1) HABERMAS, Juergen; Teoria de la Acción Comunicativa, op. cit., v. II, p. 258/9

Isto é possível através de uma relação individualizada da organização com seus membros, onde as características e valores que constituem a personalidade, a vida pessoal, são exilados para o exterior dos sistemas. (2)

Já foi amplamente discutida a destruição do homem no interior das burocracias e não é o caso, aqui, de retomar esta análise. Convém destacar, porém, que a definição de sistemas enquanto o espaço das ações estratégicas, alternativas às ações comunicativas fracassadas, coloca este debate como um elemento importante no interior do modelo habermasiano de interpretação da sociedade.

A percepção da impossibilidade de autonomização do conjunto de ações estratégicas com relação ao mundo da vida, enquanto a constituição de um todo social com sentido, a partir exclusivamente do agir instrumental, parece coerente com a observação dos esforços atuais que os gestores, preocupados em aprimorar a eficiência produtiva das organizações, exigência do modelo de mercado enquanto sistema auto-regulado dirigido pelo meio moeda, estão desenvolvendo para restringir alguns efeitos perversos do excesso de burocracia, além da busca sistemática da participação.

Esta forma de funcionamento dos sistemas viabiliza a subordinação e manipulação mútua dos seus membros, através do distanciamento e isolamento parcial com relação aos ambientes sociais originais do mundo da vida, e a substituição da busca comunicativa do consenso pela generalização interna de ações estratégicas coordenadas por um código de prejuízos e ressarcimentos.

Isto explica as reações patológicas decorrentes da inadaptabilidade no plano específico do indivíduo, além das explosões desordenadas de violência social e o retorno a fundamentalismos de ordem religiosa, regionalista, étnico, etc.

(2) Idem, p. 436

Além disso, esta proposta insere, no interior de um modelo de interpretação das relações sociais, a questão do controle da informação enquanto meio para o acesso e manutenção do poder e demonstra que a complexidade crescente inerente à modernidade decorre da necessidade, cada vez maior, de diferenciação dos sistemas para a manutenção dos processo de colonização do mundo da vida. (3)

Esta contribuição para a interpretação do fenômeno tecnobrocrático só vai encontrar limitações, ao meu ver, naquilo que é inerente ao modelo desenvolvido por Habermas.

A passagem para um paradigma fundamentado na comunicação, na forma adotada pelo autor, ao mesmo tempo que ilustra, de maneira rica e original, o funcionamento dos sistemas dirigidos pelos meios, onde se espera encontrar os tecnoburocratas, deixa estes mesmo tecnoburocratas descaracterizados enquanto grupo social específico, com interesses materiais e simbólicos bem definidos.

Em outras palavras, Habermas opera uma espécie de dissolução do sujeito da dominação, cuja ação deveria consistir na busca consciente da manutenção de determinadas relações sociais que lhe permitem auferir benefícios.

Habermas, ao mesmo tempo em que avança na explicação da dinâmica dos sistemas, ou das estruturas burocráticas num sentido geral, transfere para um plano secundário aquilo que a maioria dos autores, citados anteriormente, vão adotar como elemento central das suas análises.

O tecnoburocrata, enquanto sujeito atuante no interior de um processo de dominação, vai se diluir frente à importância dos sistemas e sua prática de colonização do mundo da vida, já que todos os membros das organizações vão contribuir, a partir da sua condição

(3) *Idem*, p. 215

de indivíduo, com este substrato fundamental à constituição das ações estratégicas.

Isto pode servir de exemplo para ilustrar a adoção de um referencial baseado num conceito transcendental, em contraposição a um referencial de inspiração materialista dialético

Dentro da mesma linha de raciocínio, podemos perceber uma relativização da importância da idéia de revolução e a transferência da possibilidade de emancipação, do coletivo, para o plano individual.



CAPÍTULO VII - Grupos na Organização

OBSERVAÇÕES FINAIS

Constitui um aspecto central para o estado atual de administração, a observação de que o processo de conflitos e alianças estratégicas no interior das organizações, cuja ilustração mais acabada ocorre nas situações de monopólio, ou supressão generalizada dos mecanismos de mercado, implica numa perda constante de recursos, tanto pelo tempo necessário para qualquer adequação às mudanças dos ambientes interno ou externo, como na forma de investimento em controles e avaliações. É a complexidade evitável...

Os conflitos entre grupos de tecnoburocratas, no interior dos sistemas dirigidos pelos meios, encarados como reinos da razão instrumental, implicam também na viabilização de um comportamento organizacional fortemente descompromissado com relação aos interesses humanos, sociais, políticos e ecológicos.

No que se refere especificamente aos ambientes internos das organizações, a concorrência a qualquer preço, a ausência de valores e o "exílio" da vida pessoal, só podem gerar efeitos patológicos.

Em outras palavras, inviabiliza o potencial redentor que a industrialização traz, em geral, para toda a humanidade.

Resolver todos estes problemas de forma conservadora, ou seja, sem alterar as relações de poder e a distribuição de oportunidades de vida, é a esperança sempre presente, e nunca alcançada, da visão tradicional da empresa.

O estudo em administração reconhece esta realidade. O conflito entre gestores com formação diferenciada, que se enfrentam no interior dos sistemas constituídos por ações estratégicas, porém não exclusivamente...), leva a que produção teórica em administração reflita esta busca de hegemonia no âmbito das organizações.

O Conflito entre Grupos na Organização

Constitue um aspecto central para o estudo atual de administração, desde qualquer perspectiva. O processo de conflitos e alianças estratégicas no interior das organizações, cuja ilustração mais acabada ocorre nas situações de monopólio, ou supressão generalizada dos mecanismos de mercado, implica numa perda constante de recursos, tanto pelo tempo necessário para qualquer adequação às mudanças dos ambientes interno ou externo, como na forma de investimentos em controles e avaliações. É a complexidade evitável...

Os conflitos entre grupos de tecnoburocratas, no interior dos sistemas dirigidos pelos meios, encarados como reinos da razão instrumental, implicam também na viabilização de um comportamento organizacional fortemente descompromissado com relação aos interesses humanos, sociais, políticos e ecológicos.

No que se refere especificamente aos ambiente interno das organizações, a concorrência a qualquer preço, a ausência de valores e o "exílio" da vida pessoal, só podem gerar efeitos patológicos.

Em outras palavras, inviabiliza o potencial redentor que a industrialização traz, em germe, para toda a humanidade.

Resolver todos estes problemas de forma conservadora, ou seja, sem alterar as relações de poder e a distribuição de oportunidades de vida, é a esperança sempre presente, e nunca alcançada, da visão tradicional de empresa.

Os estudos em administração escamoteiam esta realidade. O conflito entre gestores com formação diferenciada, que se enfrentam no interior dos sistemas constituídos por ações estratégicas (porém não exclusivamente...), leva a que produção teórica em administração reflita esta busca de hegemonia no âmbito das organizações.

Isto é claro nos trabalhos voltados para áreas específicas, como produção, marketing, recursos humanos ou finanças; mas pode-se dar também pela instrumentalização de idéias originalmente desvinculadas do debate. (1)

A solução conceitual para este impasse consiste na superação do meio objeto de estudo que constitui a heterogestão. A percepção abrangente da auto/hetero/gestão, porém, depende de uma teoria capaz de articular sua diversidade e situá-la no interior de uma proposta crítica de interpretação da sociedade.

Esta solução, contudo, é inútil para o estudo tradicional de administração, já que não pode ser instrumentalizada no interior dos sistemas, no confronto de ações estratégicas que caracteriza a interação entre tecnoburocratas.

Ou seja, existem limites definidos para a produção de conhecimento tradicional em administração, que são determinados justamente pelas condições concretas em que se dá o trabalho no interior dos sistemas dirigidos pelos meios poder e dinheiro.

A originalidade de Habermas, neste caso, está em inverter uma escala de valores, de resto tipicamente ideológica.

Não é a aplicação da razão instrumental no âmbito das organizações burocráticas que permite alcançar a melhor das racionalidades possíveis, e portanto o máximo de eficiência no melhor dos mundos...

Esta racionalização burocrática do trabalho, no interior da empresa, é alcançado num processo de colonização do mundo da vida con-

(1) GUTIERREZ, Gustavo Luis; Autogestão, Participação e Estrutura Organizacional, op. cit., p. 59 e segs.

Eu desenvolvo, aqui, uma análise área por área da formação da empresa atual; com a intenção de contrapor este modelo a um conceito de empresa substantiva.

tituido pela busca comunicativa do consenso. E a racionalidade instrumental, assim como a organização burocrática, cumprem neste contexto o papel de limitar e inibir a racionalidade possível das relações produtivas, original do mundo da vida.

Mas convém lembrar, para manter-se fiel a Habermas, que a estruturação moderna da sociedade em sistemas faz parte de um movimento mais amplo, e que tem por contrapartida a construção da individualidade contemporânea que permite, pela primeira vez, potencialmente, o contato generalizado entre subjetividades intactas.

Ou seja, é preciso ter presente estes dois momentos: O de uma racionalidade que, através da crítica das visões religiosas e metafísicas do mundo, generaliza a possibilidade de processos argumentativos e libera o potencial da razão comunicativa; e o de uma racionalidade que, em contrapartida, possibilita estender o controle social a esferas cada vez mais amplas. (2)

(2) A este respeito consultar, por exemplo, ROUANET, Sergio Paulo; *As Razões do Iluminismo*, São Paulo, Cia. das Letras, 1987, p. 162

Limites e potencialidades do referencial teórico

Habermas resolve, no plano teórico, algumas questões que, a partir de outros referenciais, parecem bastante complicadas.

Primeiro atende à minha condição inicial de que o objeto gestão do trabalho deve ser abrangente e unitário. A categoria mundo da vida constitui uma base comum para as formas autogestionárias de organização do trabalho e para a administração tradicional; isto possibilita a transposição entre ambas, no campo das lutas sociais, aproveitando-se características organizacionais específicas nos dois momentos; como de fato ocorre na realidade concreta.

Elabora um critério, fácil de entender e eficiente na aplicação, para distinguir quais ações organizacionais atendem a interesses autoritários, e quais atendem a interesses coletivos. Não se trata mais de apoiar-se no critério, de resto meramente formal, do número de pessoas consultadas. A dimensão que define a natureza de uma decisão no interior da organização é a sua característica estratégica ou comunicativa, com relação às pessoas envolvidas no processo discursivo de formação coletiva da vontade.

O modelo habermasiano explica, em grandes linhas, a dinâmica que norteia a evolução das formas administrativas, desde a sua origem industrial. É fácil perceber, desde Taylor, passando pela escola de relações humanas, até os modelos participativos, o crescimento da importância do envolvimento dos trabalhadores no processo de trabalho. Através da categoria mundo da vida, Habermas possibilita vincular o aumento de produtividade inerente à evolução das formas de organização do trabalho, à racionalização das ações constituídas comunicativamente. Assim, além de ilustrar o fenômeno pela sua inserção no modelo de interpretação social, permanece fiel a uma percepção crítica das relações de poder, embora distanciado da expressão mais clássica do termo.

Habermas também inova ao definir a instância jurídica como a expressão de uma espécie de limite entre o mundo da vida e os sistemas dirigidos pelos meios. Isto coincide com algumas experiências participativas, onde a legislação geralmente aponta para uma participação potencial maior do que a percebida na prática conjuntural, como é o caso, por exemplo, das universidades e escolas públicas.

Em resumo, a TAC permite constituir os fundamentos de uma teoria da gestão do trabalho que atenda às condições inicialmente propostas (pag. 14).

- Fundamenta-se numa teoria de interpretação social que:
 - Articula e explica a unidade do objeto gestão do trabalho (a partir da categoria mundo da vida)
 - Permite construir categorias claras de análise (por exemplo: participação)
 - É constituída historicamente
 - Possibilita a interface com outras áreas de conhecimento (por exemplo, com a psicologia, quando pode se buscar um ambiente organizacional sadio, em contraposição aos efeitos patológicos da convivência no interior dos sistemas dirigidos pelos meios poder e dinheiro)
- Possuir natureza normativa (inerente às características do objeto)
- Parte de uma concepção crítica da sociedade.

Porém, mesmo após este comovedor esforço em demonstrar a utilidade da TAC para a reflexão a respeito do objeto gestão do trabalho, não posso deixar de apontar alguns limites bastante claros na sua concepção e aplicação.

A idéia fundamental de perceber o social dividido entre sistemas e mundo da vida, sendo este último o substrato essencial para as ações comunicativas e dotado de um potencial racionalizante que permite construir uma razão totalizadora, possibilita uma interpre

tação repleta de significados tanto do papel social da gestão tradicional, como para tentar compreender a autogestão e seu potencial de superação da dimensão alienante e exploradora inerente à prática burocrática.

Porém, ao refletir mais cuidadosamente sobre esta categoria mundo da vida, começam a evidenciar-se os limites inerentes à sua concepção recente, assim como aqueles que o próprio Habermas impõem à sua utilização.

É, de fato, surpreendente a adequação da TAC à realidade atual, inclusive das empresas. Efetivamente, os gestores e os capitalistas, têm procurado, como fonte de aumento de produtividade, um maior envolvimento dos trabalhadores e a sua própria experiência e reflexão a respeito do trabalho que executam. Da mesma forma, é também correto que esta dinâmica participativa se dê, essencialmente, através de um relaxamento dos controles burocráticos e pelo incentivo a uma pseudo-busca discursiva do consenso, em condições distantes daquelas que Habermas considera necessárias para a prática comunicativa; ou, em outras palavras, através da despotencialização e colonização do mundo da vida.

É igualmente verdade que é possível perceber sinais sociais de rebeldia e insatisfação pelo controle generalizado sobre a vida das pessoas, sua massificação, desenraizamento e instrumentalização em manobras dotadas de uma racionalidade estratégica, seja no âmbito do Estado ou das organizações.

Mas, apesar desta adequação às características da modernidade, algumas outras questões não parecem tão claras. Por exemplo, embora as formas de gestão pareçam evoluir conforme o modelo referido, a percepção dos diferentes momentos do processo e sua explicação sociológica, precisam ainda ser elaboradas. Da mesma forma, a dificuldade em conceitualizar o fenômeno trabalho, ao mesmo tempo que abre a discussão sobre novos paradigmas de interpretação social, dificulta a comprovação de qualquer um deles.

Como ficam questões do tipo... A colonização do mundo da vida é, de fato, o caminho inevitável para o crescimento da produtividade, essencial para a reprodução do capitalismo, frente às novas tecnologias que surgem?

O fim da centralidade explicativa do trabalho elimina também o papel da utopia, no sentido de idéia força, potencialmente transformadora das relações sociais?

Junto com estas questões, cuja resposta depende basicamente do tempo, existem outras cuja limitação se dá no interior mesmo da opção metodológica desenvolvida por Habermas.

O caminho mais fácil para ilustrar este aspecto consiste em retomar a discussão sobre a autogestão, cuja importância no interior da obra deste autor não pode ser considerada, ao meu ver, meramente acidental ou secundária.

A autogestão, seja na produção material como coloca inicialmente Habermas, ou generalizada no sentido de subordinar as diferentes manifestações sistêmicas aos interesses percebidos a partir do mundo da vida, possui uma natureza oposta aos sistemas dirigidos pelos meios poder e dinheiro, e às características de uma tecnoburocracia engendrada no seu seio e fundamentada na prática de uma racionalidade estratégica.

A autogestão, da mesma forma, possui uma conotação ética superior com respeito aos valores que Habermas defende e procura incorporar em seu trabalho. Ou seja, a prática autogestionária é vocacionada para a superação da administração tradicional, no sentido da emancipação e, até mesmo, da libertação com relação ao trabalho enquanto elemento de sofrimento e tortura (o que, a partir da viabilização técnica da robótica, passou a ser um problema exclusivamente político e econômico).

Nestes momentos, contudo, fica evidente o distanciamento entre Ha-

bermas e a equação dialética, no seu sentido mais comum dentro das diversas correntes do marxismo.

Habermas parece recusar-se a assumir uma posição frente à possibilidade de uma síntese revolucionária fundamentado no argumento, particularmente engenhoso, de que questões desta natureza só podem ser resolvidas empiricamente.

Embora os limites dentro dos quais o autor coloca o modelo sejam compreensíveis a partir da perspectiva e tradição em que ele o desenvolveu, é possível perceber uma tensão interna entre o potencial transformador de uma categoria como mundo da vida, e sua articulação efetiva no interior da proposta de interpretação da sociedade.

Em outras palavras, a categoria mundo da vida só pode ser articulada, dentro da especificidade metodológica na qual o autor pretende trabalhar, através de um esforço importante em limitar seu potencial inerente. Conceitos como libertação, emancipação e revolução são fáceis de equacionar com esta categoria mundo da vida e a racionalidade das ações comunicativas. Mas não parece ser este, por enquanto, o caminho que Habermas pretende trilhar, embora ele se considere um autor situado na teoria crítica.

Este, aliás, é um debate que, com diferentes nuances, acompanha a obra de Habermas desde longa data. (3)

Acredito que, se esta tensão interna à obra pudesse ser ilustrada por uma única frase, ela seria: É possível desenvolver uma análise crítica privilegiando o espaço social e os mecanismos específicos dos processos de dominação, ou de distribuição desigual das oportunidades de vida, em detrimento da determinação dos sujeitos sociais que se beneficiam com a manutenção da situação?

(3) Consultar, por exemplo:

McCARTHY, Thomas; La Teoria Crítica de Jurgen Habermas, Madrid, Tecnos, 1987

A Necessidade de uma Teoria

Uma crise social é composta do esgarçamento do tecido de relações sociais, e pela incapacidade de uma formação social em encontrar soluções a partir da sua própria lógica.

Podemos ter dúvidas quanto à natureza capitalista da sociedade contemporânea; porém não cabem dúvidas quanto a que vivemos uma situação de crise, onde a formação social atual cada vez tem mais dificuldades para encontrar soluções a partir de seu próprio passado capitalista. Além disso, acredito que existem sinais importantes de que o centro do discurso conservador tende a transferir-se, gradativamente, do referencial liberal para uma recriação do velho irracionalismo e seu apelo à força, numa tentativa fictícia de resolver rápida e assepticamente os efeitos da crise econômica, política e social.

E sempre precisaremos de uma teoria, senão exatamente a que eu acho que Habermas propõe, qualquer outra que tenha, em comum com ele, a capacidade de explicar o contemporâneo sem abandonar as intenções do marxismo ocidental.

Esta teoria, contudo, não constitui uma teoria de administração, ou de gestão do trabalho; apresenta, isso sim, uma interpretação do todo social que pode fundamentar, por sua vez, uma nova teoria de administração.

A diferença está em que, enquanto pode-se discutir se o modelo de interpretação social original é, ou não, normativo; uma teoria administrativa terá de ser normativa por definição. Isto porque, enquanto uma permite, por modelos, compreender a sociedade; a outra se propõe a indicar a melhor opção para a organização do trabalho (no caso aqui, a organização comunicativa do trabalho coletivo), além de contribuir para a construção de um ambiente organizacional sadio.

Quanto à possível dimensão normativa de seu modelo, Habermas comenta o seguinte: "Eu jamais tive a pretensão (...) de desenvolver uma teoria política normativa. Eu não contesto a validade de tal projeto porém eu não tento construir na escurinha as normas fundamentais de uma 'sociedade bem organizada'. O meu interesse fundamental está voltado primordialmente para a reconstrução das condições realmente existentes, na verdade sob a premissa de que os indivíduos socializados, quando no seu dia-a-dia se comunicam entre si através da linguagem comum, não tem como evitar que se empregue essa linguagem também no sentido voltado ao entendimento." (4)

Estudar a gestão do trabalho, desde este referencial, ao mesmo tempo em que se apoia nas idéias essenciais, afasta-se em alguns aspectos, dadas as diferenças de natureza e tratamento do objeto específico de pesquisa.

No caso de uma teoria voltada para a gestão do trabalho, construir na escurinha as normas para a empresa bem organizada é o objetivo evidente e necessário. Estas normas fundamentais, contudo, não se confundem com uma descrição de cargos e procedimentos, e nem tampouco se pretendem estáticas no tempo.

Correntemente com o modelo de interpretação social em que se inspira, o resgate da racionalidade comunicativa presente na busca discursiva do consenso surge como a idéia fundamental, que pode nortear as diferentes práticas inerentes a cada situação conjuntural específica.

Isto é o que pode vir a ser uma teoria da gestão do trabalho, ou uma nova teoria de administração, alicerçada na proposta de Habermas.

Constitui, porém, uma outra caminhada onde surgirão novos desa-

(4) HABERMAS, Juergen; *Passado como Futuro*, op. cit., p. 98

fios, que devem ser articulados coerentemente com o corpo teórico que delimita as opções essenciais. "Para que os conceitos morais fundamentais, tais como, por exemplo, autonomia e dignidade humana, solidariedade e igualdade continuem sendo convincentes, é necessário que se apresentem como modificáveis em processos de auto-aplicação." (5)

Este texto, obviamente, não pretende encerrar a questão. Tentei, através da discussão a respeito do esgotamento do paradigma trabalho e pela ilustração das peculiaridades do relacionamento interno da tecnoburocracia, mostrar a aplicabilidade de algumas idéias de Habermas para explicar a realidade atual do estudo tradicional de administração de empresas, assim como alternativas possíveis para a sua superação.

"É melhor que não esperemos das teorias mais, mas também não menos, do que elas podem fazer." (6)

(5) HABERMAS, Juergen; *Passado como Futuro*, op. cit., p. 102

(6) *Idem*, p. 97

(7) Habermas, Juergen; *Soberania Popular como Processo*, no Conselho de Políticas de Espaço Público, conferência proferida no CEBRAP, São Paulo, em 27 de novembro de 1989, p. 16

E, como não podia deixar de ser...

É sempre difícil procurar as motivações íntimas que levam o pesquisador a trilhar um determinado caminho, em detrimento de outro. No caso de Habermas, além de difícil, talvez seja prematuro tentar desenvolver essa análise.

Porém, a definição que ele adota de participação, o conceito radical de democracia, ou a própria trajetória do conceito de autogestão no interior da obra, torna previsível que o autor tenha ido buscar inspiração, entre outros, no socialismo libertário.

Os anarquistas, mesmo sem a sofisticação teórica de outras linhas de pensamento, acertam ao desconfiar "metódica e mesmo criticamente de ambos os lados: tanto contra a cegueira sistêmica de uma teoria normativa de democracia que não vê o despojamento burocrático de base, quanto contra a alienação fetichista de uma teoria sistêmica que remove toda normatividade, excluindo já analiticamente a possibilidade de uma comunicação formadora de imagens da sociedade sobre si mesma como um todo." (7)

Habermas traduz para uma linguagem mais complexa e precisa conceitos, ou intuições, dos velhos anarquistas, que surpreendem pela ressonância com o contemporâneo. "Isso explica a atualidade daquele discurso que remonta ao sec. XIX, e que o anarquismo propagou no início junto com o socialismo. Nele, as técnicas de auto-organização (tais quais permanência do conselho, mandato imperativo, rodízio de cargos, entrelaçamento de poderes, etc.) talvez sejam menos importantes que a forma preferida de organização - o tipo de associações espontâneas. Estas apresentam apenas um grau mínimo de institucionalização. Os contatos horizontais no plano das

(7) HABERMAS, Juergen; Soberania Popular como Processo, um Conceito Normativo de Espaço Público, conferência preferida no CEBRAP, São Paulo, em 03 de novembro de 1989, p. 16

interações simples devem adensar-se numa prática intersubjetiva de deliberação e execução que seja suficientemente forte para manter todas as outras instituições no estado fluído de agregado da fase de fundação, preservando-as por assim dizer do coagulamento." (8)

Já que "os anarquistas atribuem a sociabilização espontânea a um impulso diferente do que faz o direito racional moderno, ou seja, não ao interesse na troca útil de bens, mas à disposição para o entendimento em vista da solução de problemas e de coordenação de ação." (9)

Habermas, sem dúvida, se tornou um autor controverso. Amplamente criticado, às vezes com brilho e inteligência, às vezes por meio de bobagens pueris, tem o mérito de conseguir pairar por cima de classificações fáceis.

Evidentemente utópico, universalista, e engajado numa proposta crítica da sociedade, abandona o paradigma trabalho e, como se isso não fosse bastante, nega ao conflito material uma dimensão estrutural. Embora herdeiro da escola de Frankfurt e de uma dialética do iluminismo, não incorpora no seu modelo de interpretação social a sucessão de sínteses revolucionárias que caracteriza a aplicação do método dialético ao estudo da sociedade.

Entre um Habermas positivista e liberal, e outro revolucionário e anarquista, as pessoas vão continuar encontrando, neste autor complexo, o Habermas que quiserem.

Eu, da minha parte, penso ter encontrado um Habermas que apresenta uma teoria de interpretação da sociedade particularmente útil e adequada para tentar entender o estágio atual de organização do

(8) HABERMAS, Juergen; Soberania Popular como Processo, um Conceito Normativo de Espaço Público, op. cit., p. 14

(9) Ídem, p. 15

trabalho, ao mesmo tempo em que aponta uma proposta alternativa, coerente com as intenções de um ideal revolucionário que ultrapassou a própria revolução a que se referia.

Ou, como ele mesmo coloca... "A melancolia - a tristeza pelo fracasso de um projeto, todavia irrenunciável, - inscreveu-se na consciência revolucionária. Tanto o fracasso, quanto a impossibilidade da renúncia se explicam pelo fato de que o projeto revolucionário ultrapassou a própria revolução, subtraindo-se a seus próprios conceitos." (10)

Como a descrição de TAC permite perceber claramente, Habermas não pode concordar com esta forma de perceber o mundo. Sua opção pela racionalidade ocidental é clara, e de certa forma radical.

Toda vez que uma crítica total da razão que confunde a própria razão, não vale grande coisa (11). Eu não quero endenhar a razão a si, ao contrário, dizer que ela só podemos ter acesso sobre os limites de nossa razão, se agirmos de modo racional. Não podemos lan-

(11) HABERMAS, Jürgen; *Passado Como Futuro*. Rio, Tempo Brasileiro, 1977, p. 12.
(12) 1977, p. 22.
(13) 1977

(10) HABERMAS, Jürgen; *Soberania Popular como Processo, um Conceito Normativo de Espaço Público*, op. cit., p. 2

Finalmente, convém destacar como o próprio Habermas avalia a presença contemporânea "... de uma crítica pós-moderna da razão, inspirada em Nietzsche e Heidegger (para a qual) o fim do socialismo de Estado significa uma revolução que encerra a era das revoluções: ela supera na raiz o terror nascido da razão. Através dela a razão não desperta, uma vez que se descobre que ela própria é o pesadelo." (11)

Habermas considera que "o conteúdo essencial dos princípios morais incorporados ao direito dos povos concorda com a substância normativa das grandes doutrinas proféticas que tiveram eco na história mundial e das interpretações metafísicas do mundo." (12) Daí a importância decisiva do debate que ocorre atualmente não só no interior do islamismo, mas também no cristianismo. Por sua vez, "o equivalente ao fundamentalismo religioso é dado pelo ceticismo de uma crítica auto-destrutiva da razão, a qual julga dever desmascarar, atrás de qualquer pretensão universalista à validade, a pouco inteligente pretensão ao domínio por parte de uma particularidade sutilmente camuflada". (13)

Como a descrição da TAC permite perceber claramente, Habermas não pode concordar com esta forma de perceber o mundo. Sua opção pela racionalidade ocidental é clara, e de certa forma radical.

"Para mim, uma crítica total da razão que confunde a própria razão, não vale grande coisa (...) Eu não quero endeusar a razão e sim, ao contrário, dizer que nós só podemos ter clareza sobre os limites de nossa razão, se agirmos de modo racional. Não podemos lan-

(11) HABERMAS, Juergen; *Passado Como Futuro*, Rio, Tempo Brasileiro, 1993, p. 12

(12) *idem*, p. 32

(13) *idem*

çar fora a modernidade, que é determinada por esta figura básica do pensamento kantiano, como se ela fosse uma camisa suja. As condições de vida moderna, que nós não escolhemos por nós mesmos, e sob as quais nos encontramos, são inevitáveis do ponto de vista existencial; mesmo assim, aos olhos despertos da modernidade, elas significam um desafio a mais, não uma simples fatalidade."

(14)

E mais, "O racionalismo ocidental sempre produziu as suas alternativas a partir de si mesmo. E o mesmo acontece hoje em dia. Justamente com a propagação homogeneizadora de uma cultura industrial a nível mundial, ele cria em seu interior uma nova pluralização das formas de vida e uma variedade multicultural acompanhada de novos endurecimentos fundamentalistas." (15)

(14) HABERMAS, Juergen; *Passado como Futuro*, op. cit., p. 92

(15) *Idem*, p. 81



BIBLIOGRAFIA

ALTVATER, Elmar; Sociedade e Trabalho: Conceito em Questão, Sujeitos Históricos, Mito e Realidade, Sem. Inter. "Liberalismo e Socialismo: Velhos e Novos Paradigmas", Marília, Unesp, 1993

BERNARDO, João; Capital, Sindicatos e Gestores, São Paulo, Vértice, 1987

BRUNO, Lucia e SACCARDO, Cleusa; Organização, Trabalho e Tecnologia, São Paulo, Atlas, 1986

BURRES, Gibson e MORGAN, Gareth; Sociological Paradigms and Organisational Analysis, EUA, Heineman, 1980

ENGELS, Friedrich; Classes Sociais Necessárias e Supérfluas, Temas de Ciências Humanas, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978

_____; Anti-Dühring, Madrid, Ciência Nueva, 1968

GIANNOTTI, José Arthur; Origens da Dialética do Trabalho, São Paulo, Difel, 1966

_____; Filosofia Miúda, São Paulo, Brasiliense, 1985

GUTIERREZ, Gustavo Luis; Autogestão e Condições Modernas de Produção, Marília, Unesp, 1987

_____; Autogestão, Participação e Estrutura Organizacional, tese, EAESP/FGV, 1989

HABERMAS, Juergen; Problemas de Legitimación en el Capitalismo Tardío, Buenos Aires, Amorrortu, 1975

_____; Ciência e Técnica enquanto Ideologia, São Paulo, Abril Cultural, 1975

_____; Para a Reconstrução do Materialismo Histórico, São Paulo, Brasiliense, 1983

_____; Mudança Estrutural e Esfera Pública, Rio, Tempo Brasileiro, 1984

_____; Teoría de la Acción Comunicativa, Espanha, Taurus, 1987

_____; A Nova Intransparência, Rev. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, nº 18, set. 1987

_____; Soberania Popular como Processo: Um Conceito Normativo de Espaço Público, conferência proferida no Cebrap em 3 de nov. de 1989, São Paulo

_____; O Discurso Filosófico da Modernidade, Lisboa, D. Quixote, 1990

_____; O Pensamento Pós-Metafísico: Estudos Filosóficos, Rio, Tempo Brasileiro, 1990

_____; Passado como Futuro, Rio, Tempo Brasileiro, 1993

IANNI, Octavio; A Sociedade Global, Rio, Civ. Brasileira, 1992

KHAN, Herman (org.); O Futuro da Empresa, São Paulo, Melhoramentos, 1975

LADMIRAL, Jean-René; Le Programme Epistemologique de Juergen Habermas, introdução da tradução francesa de HABERMAS, Juergen; Connaissance et Intérêt, França, Gallimard, 1976

MCCARTHY, Thomas; La Teoria Crítica de Jurgen Habermas, Madrid, Tecnos, 1987

MANNHEIM, Karl; Diagnóstico do Nosso Tempo, Rio, Zahar, 1961

_____; Liberdade, Poder e Planificação Democrática, São Paulo, Mestre Jou, 1972

MARRAMAO, Giacomo; Paradoxos do Universalismo e Comunidade na Idade Global, Sem. Int. "Liberalismo e Socialismo: Velhos e Novos Paradigmas", Marília, Unesp, 1993

MARX, Karl; O Capital: Crítica da Economia Política, Rio, Civ. Brasileira, 1980

MOTTA, Fernando C. Prestes; Teoria das Organizações: Evolução e Crítica, São Paulo, Pioneira, 1986

_____; Organização e Poder, São Paulo, Atlas, 1986

NAVILLE, Pierre e FRIEDMAN, George; Tratado de Sociologia do Trabalho, São Paulo, Cultrix, 1973

NIETZSCHE, Federico; Consideraciones Intempestivas, Buenos Aires, Aguillar, 1959

_____; La Voluntad de Dominio: Ensayo de una Transmutación de todos los Valores, Buenos Aires, Aguillar, 1932

PHILIPPE, Michel e RAFAND, Yves; Les Structures Participatives de Developement, Paris, Entreprise Moderne, 1980

PAIVA, Vanilda; Produção e Qualificação para o Trabalho, Rio, UFRJ, Inst. de Ec. Ind., 1989



PEREIRA, Luiz C. Bresser; Tecnoburocracia e Contestação, Petrópolis, Vozes, 1972

PERSSON, Lucia Cristina K.; Teoria da Ação Comunicativa e Estudos Organizacionais, Dissertação, EAESP-FGV, São Paulo, 1992

ROUANET, Sergio Paulo; As Razões do Iluminismo, São Paulo, Cia. das Letras, 1987

SILVA, Benedicto; A Era do Administrador Profissional, Cad. de Administração Pública, Rio, EBAD, 1954

SCHMITZ, Hubert (org.); Automação, Competitividade e Trabalho, São Paulo, Hucitec, 1988

TRAGTEMBERG, Maurício; A Delinquência Acadêmica: O Poder sem Saber e o Saber sem Poder, São Paulo, Rumo, 1979

URIS, Auren; Novos Rumos em Administração de Empresas, São Paulo, Cultrix, 1974

VARGAS, Nilton; A Tecnologia é de Deus ou do Diabo? Rev. Ciência Tecnologia e Desenvolvimento, Brasília, nº 2, CNPQ-Unesco, 1983

